



CAPITAL

e ideologia



THOMAS
PIKETTY

TRADUÇÃO DE DOROTHÉE DE BRUCHARD E MARIA DE FÁTIMA OLIVA DO COUTTO

REVISÃO TÉCNICA DE LAURA CARVALHO



Sumário

[Avançar para o início do texto]

Capa

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

Aviso ao leitor e agradecimentos

Introdução

Primeira Parte: Os regimes desigualitários na história

Capítulo 1: As sociedades ternárias: a desigualdade trifuncional

Capítulo 2: As sociedades de ordens europeias: poder e propriedade

Capítulo 3: A invenção das sociedades de proprietários

Capítulo 4: As sociedades de proprietários: o caso da França

Capítulo 5: As sociedades de proprietários: trajetórias europeias

Segunda Parte: As sociedades escravocratas e coloniais

Capítulo 6: As sociedades escravocratas: a desigualdade extrema

Capítulo 7: As sociedades coloniais: diversidade e dominação

Capítulo 8: Sociedades ternárias e colonialismo: o caso da Índia

Capítulo 9: Sociedades ternárias e colonialismo: trajetórias euro-asiáticas

Terceira Parte: A grande transformação do século XX

Capítulo 10: A crise das sociedades de proprietários

Capítulo 11: As sociedades social-democratas: a igualdade inalcançada

Capítulo 12: As sociedades comunistas e pós-comunistas

Capítulo 13: O hipercapitalismo: entre a modernidade e o arcaísmo

Quarta Parte: Repensar as dimensões do conflito político

Capítulo 14: A fronteira e a propriedade: a construção da igualdade

Capítulo 15: Esquerda brâmane: as novas divisões euro-americanas

Capítulo 16: Social-nativismo: a armadilha identitária pós-colonial

Capítulo 17: Elementos para um socialismo participativo no século XXI

[Conclusão](#)

[Notas](#)

[Sumário detalhado](#)

[Gráficos e tabelas](#)

[Sobre o autor](#)

[Conheça outros títulos do autor](#)

[Leia também](#)

Aviso ao leitor e agradecimentos

Este livro é, em larga medida, o prolongamento de *O capital no século XXI* (lançado em 2013 na França [e publicado em 2014 pela Intrínseca no Brasil]), mas pode ser lido de forma independente. Tal como *O capital no século XXI*, ele é o resultado de um trabalho coletivo, no sentido de que nunca teria vindo à luz sem o apoio e a participação de inúmeros amigos e colegas. Obviamente, sou o único responsável pelas análises e interpretações desenvolvidas nas páginas que se seguem; mas jamais teria conseguido coletar sozinho as fontes históricas que compõem a base desta pesquisa.

Apoio-me sobretudo nos dados reunidos na World Inequality Database (<http://WID.world>), um projeto fundado nos esforços combinados de mais de cem pesquisadores e que hoje cobre mais de oitenta países em todos os continentes. Ele oferece a maior base de dados disponível na atualidade sobre a evolução histórica das desigualdades de renda e patrimônio, tanto entre os países quanto dentro deles. Além disso, neste livro utilizei inúmeras outras fontes e materiais relativos a períodos, países ou aspectos das desigualdades abarcados de modo insuficiente pelo WID.world, como as sociedades pré-industriais ou coloniais, por exemplo, ou sobre as desigualdades de educação, gênero, raça, religião, status, crenças ou posições políticas e eleitorais.

Os leitores que desejarem informações detalhadas sobre o conjunto das fontes históricas, referências bibliográficas e metodologias empregados na presente obra estão convidados a consultar o anexo técnico disponível on-line (somente as fontes e referências principais puderam ser citadas no texto do livro ou nas notas): www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Todas as séries estatísticas, os gráficos e as tabelas apresentados no livro também estão disponíveis on-line no mesmo site.

Além disso, o leitor interessado encontrará no anexo on-line um bom número de gráficos e séries suplementares que não puderam ser incluídos na versão impressa sob pena de sobrecarregá-la e aos quais por vezes me refiro nas notas.

Sou grato em especial a Facundo Alvaredo, Lucas Chancel, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, que coordenam comigo o projeto WID.world e o Laboratoire sur les Inégalités Mondiales na École d'Économie de Paris e na Universidade de Berkeley (Califórnia). Esse projeto culminou recentemente na publicação do *Relatório da desigualdade mundial 2018* (<http://wir2018.wid.world>), que utilizo muito neste livro. Quero agradecer também às instituições que tornaram o projeto possível, a começar pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde leciono desde 2000, que é uma das raras instituições no mundo em que todas as ciências sociais podem dialogar e trocar entre si, bem como a École Normale Supérieure e todos os demais estabelecimentos que uniram forças, em 2007, para criar e codirigir a Paris School of Economics, a qual, espero, vai contribuir para o desenvolvimento de uma economia política e

histórica, multipolar e pluridisciplinar neste início do século XXI.

Queria agradecer também, por seu precioso auxílio, a Lydia Assouad, Abhijit Banerjee, Adam Barbe, Charlotte Bartels, Nitin Bharti, Asma Benhenda, Erik Bengtsson, Yonatan Berman, Thomas Blanchet, Cécile Bonneau, Manon Bouju, Jérôme Bourdieu, Antoine Bozio, Cameron Campbell, Guillaume Carré, Guilhem Cassan, Amélie Chelly, Bijia Chen, Denis Cogneau, Léo Czajka, Richard Dewever, Mark Dincecco, Anne-Laure Delatte, Mauricio de Rosa, Esther Duflo, Luis Estevez Bauluz, Ignacio Flores, Juliette Fournier, Bertrand Garbinti, Amory Gethin, Yajna Govind, Jonathan Goupille-Lebret, Julien Grenet, Jean-Yves Grenier, Malka Guillot, Pierre-Cyrille Hautcoeur, Stéphanie Hennette, Simon Henochsberg, Cheuk Ting Hung, Thanasak Jenmana, Francesca Jensenius, Fabian Kosse, Attila Lindner, Noam Maggor, Clara Martinez-Toledano, Ewan McGaughey, Cyril Milhaud, Marc Morgan, Éric Monnet, Mathilde Munoz, Alix Myczkowski, Delphine Nougayrède, Filip Novokmet, Katharina Pistor, Gilles Postel-Vinay, Jean-Laurent Rosenthal, Nina Roussille, Guillaume Sacriste, Aurélie Sotura, Alessandro Stanziani, Blaise Truong-Loï, Antoine Vauchez, Sebastian Veg, Richard von Glahn, Marlous van Waijenburg, Daniel Waldenström, Li Yang, Tom Zawisza, Roxane Zighed; bem como a todos os meus amigos e colegas do Centre François-Simiand d'Histoire Économique et Sociale, do Centre de Recherches Historiques de l'EHESS e da École d'Économie de Paris.

Este livro se beneficiou também dos numerosos debates e discussões de que tive a oportunidade de participar desde a publicação, em 2013, de *O capital no século XXI*. Passei boa parte dos anos 2014-2016 viajando pelo mundo, encontrando leitores, pesquisadores, opositores, cidadãos movidos pela sede de debater. Participei de centenas de encontros em torno do meu livro e das questões suscitadas por ele. Essas tantas interações me ensinaram muitíssimo e permitiram que eu aprofundasse minha reflexão sobre a dinâmica histórica das desigualdades.

Entre as muitas limitações de meu trabalho anterior, há duas, em particular, que merecem ser mencionadas. De um lado, meu livro de 2013 é excessivamente centrado no Ocidente, no sentido de que dá demasiado espaço para a experiência histórica dos países ricos (Europa Ocidental, América do Norte e Japão). Isso se deve, em parte, às dificuldades de acesso a fontes históricas adequadas para os demais países e regiões do mundo, mas nem por isso deixa de implicar um considerável estreitamento de perspectiva e reflexão. *O capital no século XXI* tende, por outro lado, a tratar as evoluções político-ideológicas relacionadas às desigualdades e à redistribuição como se fossem uma espécie de caixa-preta. É certo que nele formulo algumas hipóteses nesse sentido — sobre as mudanças nas representações e atitudes políticas diante das desigualdades e da propriedade privada induzidas pelas guerras mundiais, pelas crises econômicas e o desafio comunista, por exemplo —, mas sem de fato abordar diretamente a questão da evolução das ideologias desigualitárias. É isso o que procuro fazer na presente obra de forma muito mais explícita, além de ressituar essa questão sob uma perspectiva temporal, espacial e comparativa muito mais ampla.

Graças ao sucesso obtido pelo livro de 2013 e ao apoio de inúmeros cidadãos, pesquisadores e jornalistas, tive acesso a fontes fiscais e históricas que vários governos até então se recusavam a

disponibilizar, como o Brasil e a Índia, a África do Sul e a Tunísia, o Líbano e a Costa do Marfim, a Coreia e Taiwan, a Polônia e a Hungria e, de forma infelizmente mais limitada, a China e a Rússia, o que me ajudou a sair do âmbito estritamente ocidental e desenvolver uma análise mais ampliada dos diversos regimes desigualitários, das trajetórias e bifurcações possíveis. Acima de tudo, esses anos de contatos, interações e leituras deram-me a oportunidade de aprender e melhor refletir sobre a dinâmica político-ideológica das desigualdades, explorar novas fontes relativas aos discursos e atitudes políticas perante as desigualdades e escrever um livro que acredito ser mais rico do que o anterior, ao mesmo tempo que lhe dá continuidade. Cá está o resultado: cada um poderá julgar por si mesmo.

Por fim, nada teria sido possível sem a minha família. Seis anos de felicidade se passaram desde a redação e publicação de *O capital no século XXI*. Minhas três filhas queridas se tornaram jovens adultas (ou quase: faltam apenas dois anos, Hélène, para você se juntar ao clube com Déborah e Juliette!). Sem seu amor e energia, a vida não seria a mesma. Com Julia, não paramos de viajar, dialogar, conhecer pessoas, reler e reescrever a nós mesmos, refazer o mundo. Só ela sabe quanto este livro lhe deve, quanto eu lhe devo. Que venha a continuação!

Introdução

Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades: tem de encontrar motivos para a sua existência ou o edifício político e social como um todo corre o risco de desabar. Desse modo, toda época produz um conjunto de discursos e ideologias contraditórios que visam legitimar a desigualdade tal como ela existe ou deveria existir e descrever as regras econômicas, sociais e políticas que permitem estruturar o todo. Desse confronto, a um só tempo intelectual, institucional e político, costumam emergir uma ou várias narrativas dominantes nas quais os regimes desigualitários vigentes se apoiam.

Nas sociedades contemporâneas domina, é notório, a narrativa proprietarista, empreendedorista e meritocrática: a desigualdade moderna é justa, uma vez que decorre de um processo livremente escolhido, em que todos têm as mesmas oportunidades de aceder ao mercado e à propriedade e em que todos se beneficiam naturalmente da acumulação dos mais ricos, os quais são também os mais empreendedores, os mais merecedores e os mais úteis. Estaríamos, assim, nos antípodas da desigualdade das sociedades antigas, fundamentadas em disparidades estatutárias rígidas, arbitrarias e muitas vezes despóticas.

O problema é que essa grande narrativa proprietarista e meritocrática — que conheceu um primeiro momento de glória no século XIX, após a derrocada das sociedades de ordens de Antigo Regime, e uma reformulação radical e de aspiração mundial a partir do final do século XX, com a queda do comunismo soviético e o triunfo do hipercapitalismo — tem se mostrado cada vez mais frágil. Ela conduz a contradições, que decerto assumem formas muito diferentes na Europa e nos Estados Unidos, na Índia e no Brasil, na China e na África do Sul, na Venezuela e no Oriente Médio. Todavia, ocorre que essas trajetórias distintas, nascidas de histórias específicas e, em parte, conectadas entre si, estão ligadas de forma cada vez mais estreita neste início do século XXI. Somente uma perspectiva transnacional permite compreender melhor tais fragilidades e considerar a reconstrução de uma narrativa alternativa.

Com efeito, desde os anos 1980-1990 vem sendo observado o aumento das desigualdades socioeconômicas em quase todas as regiões do mundo. Em alguns casos, ele assumiu proporções tais que tem sido cada vez mais difícil justificá-las em nome do interesse geral. Além disso, costuma haver um abismo imenso entre as declarações meritocráticas oficiais e as realidades enfrentadas pelas classes desfavorecidas em termos de acesso à educação e à riqueza. O discurso meritocrático e empreendedorista com frequência surge, para os vencedores do atual sistema econômico, como um expediente cômodo para justificar todo e qualquer nível de desigualdade sem sequer precisar examiná-las e para estigmatizar os perdedores por sua falta de mérito, virtude e diligência. Essa culpabilização dos mais pobres não existia, pelo menos não com essa amplitude, nos regimes desigualitários anteriores, que tendiam a acentuar a complementaridade funcional entre os diferentes grupos sociais.

Além disso, a desigualdade moderna se caracteriza por um conjunto de práticas discriminatórias e desigualdades estatutárias e étnico-religiosas, cuja violência é pouco mencionada no conto de fadas meritocrático e que nos aproxima das formas mais brutais das antigas desigualdades das quais pretendemos nos diferenciar. Basta citar as discriminações enfrentadas pelos homens e pelas mulheres que não têm moradia ou que são provenientes de determinados bairros e origens; ou pensar nos tantos migrantes que morrem afogados. Diante dessas contradições, e na falta de um novo horizonte universalista e igualitário confiável que permita enfrentar os desafios desigualitários, migratórios e climáticos por vir, é de se temer que o recuo identitário e nacionalista figure cada vez mais como uma narrativa de substituição, como se viu na Europa na primeira metade do século XX e como vem ocorrendo de novo neste início do século XXI em diferentes partes do mundo.

Foi a Primeira Guerra Mundial que principiou o movimento de destruição, e subsequente redefinição, da globalização comercial e financeira muito desigual em curso durante a “Belle Époque” (1880-1914), uma época que só se mostrou “bela” em comparação à explosão de violência que a sucedeu e, na verdade, era bela sobretudo para os proprietários e, mais particularmente, para o homem branco proprietário. Se não transformarmos profundamente o atual sistema econômico de modo a torná-lo menos desigualitário, mais equitativo e sustentável tanto entre os países quanto dentro deles, é possível que muito em breve o “populismo” xenófobo e suas possíveis vitórias eleitorais deem início ao movimento de destruição da globalização hipercapitalista e digital dos anos 1990-2020.

Para afastar tal risco, o conhecimento e a história ainda são nossos melhores trunfos. Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades, e essas justificativas sempre contêm sua parte de verdade e exagero, imaginação e baixeza, idealismo e egoísmo. Um regime desigualitário, tal como definido ao final desta pesquisa, caracteriza-se por um conjunto de discursos e dispositivos institucionais que visam justificar e estruturar as desigualdades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade. Todo regime possui suas fragilidades e só sobrevive redefinindo incessantemente a si mesmo, não raro de modo conflitivo e violento, mas também se apoiando em experiências e conhecimentos partilhados. Este livro tem por objeto a história e o devir dos regimes desigualitários. Ao reunir materiais históricos relativos a sociedades muito distantes umas das outras e que, na maioria das vezes, ignoram-se ou se recusam a comparar-se umas com as outras, espero contribuir para uma melhor compreensão das transformações em curso dentro de uma perspectiva global e transnacional.

Uma conclusão importante emerge dessa análise histórica: foi a luta pela igualdade e pela educação, e não a sacralização da propriedade, da estabilidade e da desigualdade, que permitiu o desenvolvimento econômico e o progresso humano. A nova narrativa hiperdesigualitária que se impôs a partir dos anos 1980-1990 é, em parte, produto da história e do desastre comunista. Mas também é fruto da ignorância e da divisão dos saberes e contribuiu largamente para alimentar o fatalismo e os atuais desvios identitários. Retomando-se o fio da história por uma perspectiva pluridisciplinar, é possível chegar a uma narrativa mais equilibrada e traçar os contornos de um

novo socialismo participativo para o século XXI; ou seja, um novo horizonte igualitário de aspiração universal, uma nova ideologia da igualdade, da propriedade social, da educação e da repartição dos saberes e poderes mais otimista em relação à natureza humana e também mais precisa e convincente do que as narrativas anteriores, por ser mais bem ancorada nas lições da história global. Obviamente, cabe a cada um julgar e aproveitar essas poucas lições, frágeis e provisórias, a fim de transformá-las e levá-las além.

Antes de descrever a organização desta obra e as etapas da minha exposição histórica — desde o estudo das antigas sociedades ternárias e escravocratas até o das sociedades pós-coloniais e hipercapitalistas modernas —, vou apresentar as principais fontes em que me baseio e de que forma este trabalho se articula com meu livro anterior, *O capital no século XXI*. Mas, primeiro, convém dizer algumas palavras sobre a noção de ideologia empregada na presente pesquisa.

O que é uma ideologia?

Neste livro, vou tentar empregar a noção de ideologia de modo positivo e construtivo, isto é, enquanto um conjunto de ideias e discursos *a priori* plausíveis, que visam descrever o modo como a sociedade deve se estruturar. A ideologia será considerada em suas dimensões a um só tempo sociais, econômicas e políticas. Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente amplas envolvendo a organização desejável ou ideal da sociedade. Desnecessário dizer, dada a complexidade das questões colocadas, que nenhuma ideologia jamais contará com a adesão plena e inteira de todos: o conflito e a discordância ideológica são inerentes à própria ideologia. Entretanto, a toda sociedade não resta outra escolha senão tentar responder a essas questões, muitas vezes com base em sua própria experiência histórica, mas também às vezes pautando-se pelas das outras. Em larga medida, todo indivíduo sente-se igualmente obrigado a ter uma opinião, por mais imprecisa e insatisfatória que seja, acerca dessas questões fundamentais e existenciais.

Sobretudo, trata-se aqui da questão do regime político, ou seja, do conjunto das regras que descrevem os contornos da comunidade e do seu território, dos mecanismos que permitem que decisões coletivas sejam tomadas dentro dela e dos direitos políticos de seus membros. Isso envolve as diferentes formas de participação política, o papel que cabe aos cidadãos e aos estrangeiros, aos presidentes e aos parlamentos, aos ministros e aos reis, aos partidos e às eleições, aos impérios e às colônias.

Também se trata da questão do regime de propriedade, isto é, do conjunto de regras que determinam as diferentes formas de posses disponíveis, assim como os procedimentos práticos e jurídicos que definem e organizam as relações de propriedade entre os grupos sociais envolvidos. Isso inclui o papel que cabe à propriedade privada e pública, imobiliária e financeira, fundiária e mineral, escravocrata e servil, intelectual e imaterial e a regulação das relações entre proprietários e locatários, nobres e camponeses, senhores e escravos, acionistas e assalariados.

Toda sociedade, todo regime desigualitário, caracteriza-se por um conjunto de respostas mais

ou menos coesas e duradouras oferecidas à questão do regime político e do regime de propriedade. Essas duas séries de respostas e discursos estão, não raro, estreitamente interligadas, uma vez que ambas decorrem em larga medida de uma teoria da desigualdade social e das disparidades entre os diferentes grupos sociais (reais ou pressupostas, legítimas ou censuráveis). Pressupõem, em geral, vários outros dispositivos intelectuais e institucionais, em especial um regime educacional (isto é, as regras e instituições que organizam as transmissões espirituais e cognitivas: famílias e Igrejas, pais e mães, escolas e universidades) e um regime tributário (isto é, os dispositivos que permitem fornecer recursos adequados aos Estados e regiões, comunas e impérios, assim como a organizações sociais, religiosas e coletivas de naturezas diversas). Ocorre que as respostas oferecidas a essas dimensões distintas de questionamentos podem variar de forma significativa. Pode haver concordância sobre a questão do regime político e não sobre a do regime de propriedade ou pode haver sobre um aspecto das questões fiscais ou educacionais, mas não sobre os outros. O conflito ideológico é quase sempre multidimensional, mesmo que uma vertente possa por ventura assumir uma importância primordial, pelo menos durante um tempo, o que pode dar a ilusão de um consenso majoritário e às vezes ensejar vastas mobilizações coletivas e transformações históricas de grande amplitude.

A fronteira e a propriedade

Pode-se dizer, para simplificar, que todo regime desigualitário, toda ideologia desigualitária, se apoia numa teoria da fronteira e numa teoria da propriedade.

É preciso responder, de um lado, à questão da fronteira. Há que se explicar quem faz e quem não faz parte da comunidade humana e política à qual se está vinculado, em que território e de acordo com que instituições essa comunidade deve se governar e de que modo articular suas relações com as demais comunidades na vasta comunidade humana universal (a qual, a depender das ideologias, pode ser mais ou menos reconhecida como tal). Trata-se, em larga medida, da questão do regime político, mas esta também implica respostas imediatas a questões ligadas à desigualdade social, em especial a que separa os cidadãos dos estrangeiros.

Por outro lado, é preciso responder à questão da propriedade: é possível possuir outros indivíduos, terras agrícolas, imóveis, empresas, recursos naturais, conhecimentos, ativos financeiros e dívida pública, e com base em que modalidades práticas e que sistema jurídico e jurisdicional devem se organizar as relações entre proprietários e não proprietários e a perpetuação dessas relações? Essa questão do regime de propriedade, assim como as do regime educacional e do regime tributário, possui um impacto estruturante sobre as desigualdades sociais e sua evolução.

Na maioria das sociedades antigas, a questão do regime político e a do regime de propriedade — ou, em outros termos, a questão do poder sobre os indivíduos e a do poder sobre as coisas (isto é, os objetos de posse, que podem ser pessoas no caso da escravidão e que, seja como for, têm um impacto determinante nas relações de poder entre as pessoas) — são ligadas de maneira direta e

imediate. É esse o caso, evidentemente, nas sociedades escravocratas, em que essas duas questões se confundem em larga medida: alguns indivíduos possuem outros indivíduos, de quem são ao mesmo tempo governantes e proprietários.

O mesmo se dá, embora de modo mais sutil, nas sociedades ternárias, ou “trifuncionais” (isto é, que são divididas em três classes funcionais: uma classe clerical e religiosa, uma classe nobre e guerreira e uma classe plebeia e laboriosa). Nessa forma histórica, observada na maioria das civilizações pré-modernas, as duas classes dominantes são, indissociavelmente, classes dirigentes dotadas de poderes soberanos (segurança e justiça) e classes possuidoras. Desse modo, o *landlord* foi por vários séculos tanto o senhor das pessoas que viviam e trabalhavam na terra quanto o senhor da terra em si.

Já as sociedades de proprietários, que florescem sobretudo na Europa no século XIX, procuram, pelo contrário, separar estritamente a questão do direito de propriedade (tido como universal e disponível a todos) da questão do poder soberano (doravante monopólio do Estado centralizado). Mas nem por isso o regime político e o regime de propriedade deixam de ser estreitamente ligados, de um lado porque os direitos políticos foram por muito tempo reservados aos proprietários pelos regimes políticos ditos censitários e, de outro, e de forma mais geral, porque diversas regras constitucionais continuaram (e ainda continuam) a limitar drasticamente para uma maioria política qualquer possibilidade de redefinir o regime de propriedade dentro de um quadro pacífico e legal.

Veremos que a questão do regime político e a do regime de propriedade, na verdade, nunca deixaram de estar inextricavelmente ligadas, desde as antigas sociedades ternárias e escravocrata até as sociedades pós-coloniais e hipercapitalistas modernas, passando, é claro, pelas sociedades de proprietários e pelas sociedades comunistas e social-democratas que se desenvolveram em reação às crises desigualitárias e identitárias causadas pelas sociedades proprietaristas.

Eis o motivo por que proponho analisar essas transformações históricas utilizando a noção de “regime desigualitário”, que engloba as de regime político e regime de propriedade (ou, ainda, as de regime educacional e regime tributário) e facilita a percepção de sua conexão. Para ilustrar os laços estruturantes e persistentes entre regime político e regime de propriedade, ainda presentes no mundo atual, pode-se mencionar, além disso, a inexistência de qualquer mecanismo democrático que permita a uma maioria de cidadãos da União Europeia (e, *a fortiori*, a uma maioria de cidadãos do mundo) adotar qualquer imposto ou qualquer projeto de redistribuição e desenvolvimento em comum, dado o direito de veto fiscal de cada país, por mais minoritária que seja a sua população e quaisquer que sejam os benefícios que ela obtenha, afóra isso, de sua integração comercial e financeira ao conjunto.

De maneira mais geral, o fato central é que a desigualdade contemporânea é forte e poderosamente estruturada pelo sistema de fronteiras, nacionalidades e direitos sociais e políticos a ele associado. Isso, aliás, contribui para gerar neste início do século XXI conflitos ideológicos violentamente multidimensionais em torno das questões desigualitárias, migratórias e identitárias, o que dificulta de forma considerável a formação de coalizões majoritárias que

permitam enfrentar o aumento das desigualdades. Na prática, as clivagens étnico-religiosas e nacionais muitas vezes impedem as classes populares de origens e países diversos de se unirem numa mesma coalizão política — o que pode fazer o jogo dos mais ricos e do desvio desigualitário — por falta de uma ideologia e de uma plataforma programática persuasivas o suficiente para convencer os grupos sociais desfavorecidos de que aquilo que os une é mais importante do que aquilo que os divide. Essas questões serão analisadas no momento oportuno. Gostaria apenas de insistir aqui no fato de que o vínculo estreito existente entre regime político e regime de propriedade corresponde a uma realidade antiga, estrutural e duradoura, que só pode ser analisada de forma correta ao fim de uma ampla recolocação em perspectiva histórica e transnacional.

Levar a ideologia a sério

A desigualdade não é econômica ou tecnológica: é ideológica e política. Essa é, sem dúvida, a conclusão mais evidente da pesquisa histórica apresentada neste livro. Em outras palavras, o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital e a dívida, os trabalhadores qualificados e não qualificados, os nacionais e os estrangeiros, os paraísos fiscais e a competitividade não existem como tais. São construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema jurídico, tributário, educacional e político que se escolhe instituir e das categorias que se opta por criar. Essas escolhas remetem, antes de mais nada, às representações que cada sociedade tem da justiça social e da economia justa e das relações de força político-ideológicas entre os diferentes grupos e discursos em questão. O ponto importante é que essas relações de força não são apenas materiais: são também, e sobretudo, intelectuais e ideológicas. Em outros termos, ideias e ideologias contam na história. Elas permitem permanentemente imaginar e estruturar mundos novos e sociedades diferentes. Múltiplas trajetórias são sempre possíveis.

Essa abordagem se distingue dos vários discursos conservadores que explicam a existência de fundamentos “naturais” para as desigualdades. Como seria de se esperar, as elites das diferentes sociedades, em todas as épocas e em todas as latitudes, tendem com frequência a “naturalizar” as desigualdades, isto é, a tentar atribuir-lhes fundamentos naturais e objetivos, a explicar que as disparidades sociais vigentes são (como deve ser) do interesse dos mais pobres e do conjunto da sociedade e que, de qualquer forma, sua atual estrutura é a única concebível e não pode ser substancialmente alterada sem que ocorram imensas tragédias. Já a experiência histórica demonstra o contrário: as desigualdades variam muitíssimo no tempo e no espaço, tanto em sua amplitude quanto em sua estrutura e, não raro, em circunstâncias e numa velocidade que os contemporâneos dificilmente poderiam ter previsto algumas décadas antes. Algo que, algumas vezes, resultou em tragédia. Todavia, em seu conjunto as diversas rupturas e processos revolucionários e políticos que possibilitaram a redução e transformação das desigualdades do passado foram muito bem-sucedidos e estão na origem de nossas instituições mais preciosas — justamente aquelas que permitiram que a ideia de progresso humano se tornasse realidade (o sufrágio universal, a escola gratuita e obrigatória, o seguro-saúde universal e o imposto

progressivo). É bem provável que o mesmo suceda no futuro. O que quer que pensem os conservadores, as atuais desigualdades e as presentes instituições não são as únicas possíveis e serão, também elas, chamadas a se transformar e se reinventar permanentemente.

Contudo, essa abordagem centrada nas ideologias, nas instituições e na diversidade das trajetórias possíveis também se distingue de certas doutrinas por vezes qualificadas de “marxistas”, segundo as quais o estado das forças econômicas e das relações de produção determina quase que de forma automática a “superestrutura” ideológica de uma sociedade. Insisto, pelo contrário, na existência de uma autêntica autonomia da esfera das ideias, isto é, da esfera ideológico-política. Para um mesmo estado de desenvolvimento da economia e das forças produtivas (na medida em que esses termos tenham sentido, o que não é uma certeza), há sempre uma multiplicidade de regimes ideológicos, políticos e desigualitários possíveis. A teoria da passagem automática do “feudalismo” para o “capitalismo” na esteira da Revolução Industrial, por exemplo, não dá conta de explicar a complexidade e diversidade das trajetórias históricas e político-ideológicas observadas nos diferentes países e regiões do mundo, sobretudo entre regiões colonizadoras e colonizadas — nem em cada conjunto, aliás —, e, principalmente, não permite que se tirem as lições mais proveitosas para as etapas seguintes. Retomando-se o fio dessa história, percebe-se que alternativas sempre existiram e sempre hão de existir. Em todos os níveis de desenvolvimento, há inúmeras maneiras de estruturar um sistema econômico, social e político, de definir as relações de propriedade, de estabelecer um regime tributário ou educacional, de lidar com um problema de dívida pública ou privada, de regular as relações entre as diversas comunidades humanas, e assim por diante. Sempre existem várias vias possíveis para se organizar uma sociedade e as relações de poder e propriedade em seu interior, e as diferenças entre elas não são apenas detalhes, longe disso. Mais especificamente, existem muitas maneiras de organizar as relações de propriedade no século XXI, e algumas podem constituir uma superação do capitalismo muito mais real do que a via que consiste em prometer sua destruição sem atentar para o que virá depois.

O estudo das diferentes trajetórias históricas e das inúmeras bifurcações inconclusas do passado é o melhor antídoto tanto para o conservadorismo elitista quanto para a temporização revolucionária do *grand soir*.^{*} Essa temporização exige muitas vezes de se pensar o regime institucional e político efetivamente emancipador a ser aplicado no dia seguinte ao *grand soir* e, em geral, leva a se contar com um poder estatal a um só tempo hipertrofiado e indefinido, o que pode se revelar tão perigoso quanto a sacralização proprietarista que se pretende contrapor. Tal atitude gerou, no século XX, prejuízos humanos e políticos consideráveis, cujo preço ainda estamos pagando. O fato de o pós-comunismo (em sua variante russa e em sua versão chinesa, bem como, em certa medida, em sua variante leste-europeia, no que pese tudo que distingue essas três trajetórias) ter se tornado, neste início de século XXI, o melhor aliado do hipercapitalismo é consequência direta dos fracassos comunistas stalinistas e maoistas e do abandono de toda e qualquer ambição igualitária e internacionalista que daí resultou. O fracasso comunista conseguiu, inclusive, deixar em segundo plano os estragos causados pelas ideologias escravocratas, colonialistas e racialistas, bem como os laços estreitos que as unem à ideologia proprietarista e

hipercapitalista — uma façanha nada desprezível.

Na medida do possível, tentarei levar as ideologias a sério neste livro. Gostaria, em especial, de dar uma chance a cada uma das ideologias do passado, sobretudo às ideologias proprietaristas, social-democratas e comunistas, mas também às ideologias trifuncionais, escravocratas ou colonialistas, restituindo-as em sua coerência própria. Parto do princípio de que cada ideologia, por mais extrema e excessiva que possa parecer em sua defesa de determinado tipo de desigualdade ou igualdade, expressa à sua maneira uma certa visão de sociedade justa e de justiça social. Essa visão sempre tem um fundo de plausibilidade, sinceridade e coerência de que é possível extrair lições úteis para o futuro, com a condição, porém, de não se estudar esses desenvolvimentos político-ideológicos de maneira abstrata, a-histórica e não institucional, e sim, muito pelo contrário, se concentrando no modo como eles se manifestaram em sociedades singulares, períodos históricos e instituições específicas, caracterizados sobretudo por formas específicas de propriedade e de regime tributário e educacional. Essas formas precisam ser analisadas com rigor, sem medo de se examinar com exatidão suas regras e condições de funcionamento (sistemas jurídicos, tabelas fiscais, recursos educacionais etc.), sem as quais tanto as instituições quanto as ideologias não passam de cascas vazias, inaptas a de fato transformar a sociedade e suscitar uma adesão duradoura.

Entretanto, estou ciente de que também existe um uso pejorativo da noção de ideologia e que esse uso é, por vezes, justificado. Com frequência é qualificada como ideológica uma visão que se caracteriza pelo dogmatismo e pela pouca preocupação com os fatos. O problema é que, muitas vezes, esses que professam o pragmatismo absoluto são, de todos, os mais “ideológicos” (no sentido pejorativo do termo): sua postura pretensamente pós-ideológica mal disfarça seu parco interesse pelos fatos, a extensão de sua ignorância histórica, o primarismo de seus pressupostos e de seu egoísmo de classe. Nesse sentido, este livro será muito “factual”. Vou apresentar inúmeras evoluções históricas relativas à estrutura das desigualdades e sua transformação em diferentes sociedades, em parte por se tratar de minha especialidade inicial como pesquisador e em parte por estar convencido de que um exame cuidadoso das fontes disponíveis sobre essas questões possibilita fazer com que nossa reflexão coletiva avance. Em particular, permite pôr em comparação sociedades muito distintas umas das outras e que, muitas vezes, se recusam a comparar-se umas com as outras por estarem convencidas (em geral, erroneamente) do seu “excepcionalismo” e do caráter único e incomparável de sua trajetória.

Ao mesmo tempo, estou em boa posição para saber que as fontes disponíveis jamais serão suficientes para dirimir todas as divergências. A análise dos “fatos” jamais dará uma solução definitiva à questão do regime político ideal, ou do regime de propriedade ideal, ou do regime educacional ou tributário ideal. Primeiro, porque os “fatos” são largamente dependentes dos dispositivos institucionais (recenseamentos, pesquisas, impostos etc.) e das categorias sociais, fiscais ou jurídicas instituídas pelas diferentes sociedades para descrever, medir e transformar a si mesmas. Dito de outro modo, os “fatos” são, eles próprios, construções e só podem ser apreendidos da forma correta no contexto dessas interações complexas, cruzadas e interessadas

entre o aparelho de observação e a sociedade estudada. Isso não significa, evidentemente, que não se possa aprender nada de útil com essas construções cognitivas, e sim, pelo contrário, que toda e qualquer tentativa de aprendizagem deve levar em conta essa complexidade e essa reflexividade.

Também porque as questões estudadas — a natureza da organização social, econômica e política ideal — são demasiado complexas para que uma conclusão única possa um dia emergir de um simples exame “objetivo” dos “fatos” — que nunca são mais do que o reflexo das experiências limitadas advindas do passado — e das deliberações incompletas de que teremos por ventura participado. E, enfim, por ser absolutamente possível que o regime “ideal” (qualquer que seja o sentido que se escolha dar a esse termo) não seja único e dependa de certo número de características da sociedade analisada.

Aprendizado coletivo e ciências sociais

No entanto, não pretendo com isso praticar um relativismo ideológico generalizado. É muito fácil, para o pesquisador em ciências sociais, manter-se equidistante das diferentes crenças e não se pronunciar. Este livro vai se posicionar, sobretudo na última parte, mas vou procurar fazê-lo explicitando o máximo possível o caminho percorrido e as razões que me levam a tais posicionamentos.

Na maioria das vezes, a ideologia de uma sociedade evolui principalmente em função de sua própria experiência histórica. Por exemplo, a Revolução Francesa surge, em parte, do sentimento de injustiça e das frustrações suscitadas pelo Antigo Regime. E, por sua vez, ela contribui por meio das rupturas e transformações que empreende para transformar de forma duradoura as percepções de regime desigualitário ideal, com base nos êxitos e fracassos que os diferentes grupos sociais atribuem aos experimentos revolucionários, tanto no plano da organização política quanto no plano do regime de propriedade ou do sistema social, tributário ou educacional. E esses aprendizados então condicionam as rupturas políticas futuras, e assim por diante. Toda trajetória político-ideológica nacional pode ser vista como um gigantesco processo de aprendizado coletivo e de experimentação histórica. Esse processo é inevitavelmente conflituoso, uma vez que os diferentes grupos sociais e políticos, além de nem sempre terem os mesmos interesses e aspirações, não têm a mesma memória e a mesma interpretação dos acontecimentos e do sentido que lhes deve ser dado para o futuro. Contudo, esses aprendizados também envolvem muitas vezes elementos de consenso nacional, pelo menos durante um tempo.

Esses processos de aprendizado coletivo têm sua parte de racionalidade, mas têm também suas limitações. Tendem, em especial, a ter memória curta (é comum esquecer as experiências de seu próprio país depois de algumas décadas ou só conservar a lembrança de uns poucos fragmentos esparsos, raramente escolhidos ao acaso) e são sobretudo, na maioria das vezes, estreitamente nacionalistas. Mas não carreguemos nas tintas: toda sociedade às vezes tira algumas lições das experiências dos outros países, por aquilo que sabem sobre eles e também, é claro, através das interações mais ou menos violentas havidas entre as sociedades (guerras, colonizações, ocupações,

tratados mais ou menos desiguais, o que nem sempre é a forma mais serena ou promissora de aprendizado). Todavia, no essencial, as visões distintas de regime político ideal, de regime de propriedade desejável ou de sistema jurídico, tributário ou educacional justo se constroem a partir das experiências nacionais nessa matéria e ignoram quase que por completo as experiências dos outros países, sobretudo quando estes são tidos como distantes e pertencentes a diferentes essências civilizacionais, religiosas ou morais, ou quando os contatos se deram de forma violenta (o que pode reforçar o sentimento de estranhamento radical). De forma mais geral, esses aprendizados com frequência têm por base representações relativamente grosseiras e imprecisas dos dispositivos institucionais de fato experimentados nas diferentes sociedades (aliás, mesmo em nível nacional ou entre países com boas relações de vizinhança), tanto na esfera política quanto em questões jurídicas, fiscais e educacionais, o que limita de maneira considerável a utilidade dos ensinamentos que delas se poderia tirar para o futuro.

É evidente que tais limitações não são dadas como eternas. Elas evoluem através de inúmeros processos de difusão e mobilização dos conhecimentos e experiências: escolas e livros, migrações e intercassamentos, partidos e sindicatos, mobilidades e interações, imprensa e meios de comunicação, e assim por diante. E é nesse ponto que as pesquisas em ciências sociais podem cumprir seu papel. Estou convencido de que, confrontando minuciosamente as experiências históricas de diferentes países e áreas culturais e civilizacionais, explorando as fontes disponíveis da forma mais sistemática possível, estudando a evolução da estrutura das desigualdades e dos regimes político-ideológicos nas diferentes sociedades, é possível contribuir para uma melhor compreensão das mudanças em curso. Acima de tudo, essa abordagem comparativa, histórica e transnacional permite formar uma ideia mais precisa de como poderia ser uma melhor organização política, econômica e social para as diferentes sociedades do mundo no século XXI e, sobretudo, para a sociedade mundial, que é a comunidade política humana à qual todos nós pertencemos. Mas evidentemente não pretendo com isso que as conclusões que apresentarei ao longo do livro sejam as únicas possíveis. A meu ver, elas são as que decorrem mais logicamente das experiências históricas disponíveis e dos materiais que vou apresentar, e tentarei explicitar da maneira mais precisa possível os episódios e comparações que me parecem ser mais decisivos para justificar essa ou aquela conclusão (sem tentar esconder a amplitude das incertezas subsistentes). Contudo, é desnecessário lembrar que essas conclusões dependem de conhecimentos e raciocínios que são, eles próprios, bem limitados. Este livro não é mais que uma minúscula etapa de um vasto processo de aprendizado coletivo, e sinto-me extremamente curioso e impaciente para conhecer as próximas etapas desta aventura humana.

Gostaria também de acrescentar, para aqueles que lamentam o aumento das desigualdades e dos desvios identitários e também para os que temem que eu mesmo comece a me lamentar, que o presente trabalho não é, em absoluto, um livro de lamentações. Por natureza, eu tendo a ser otimista e meu primeiro objetivo é contribuir para que sejam encontradas soluções para os problemas que surgem. Não é proibido, em vez de ver sempre o copo meio vazio, maravilhar-se com a capacidade espantosa das sociedades humanas em imaginar novas instituições e

cooperações, em agregar milhões (às vezes centenas de milhões, quando não bilhões) de pessoas que nunca se encontraram pessoalmente nem nunca vão se encontrar, que poderiam ignorar ou destruir umas às outras em vez de se submeter a regras pacíficas, mesmo com nós sabendo tão pouco sobre a natureza do regime ideal e, portanto, sobre as regras às quais é justificado submeter-se. Entretanto, essa imaginação institucional tem limites e precisa ser objeto de uma análise racional. Afirmar que a desigualdade é ideológica e política, e não econômica ou tecnológica, não implica que possamos fazê-la sumir como que por mágica. Quer dizer, mais modestamente, que é preciso levar a sério a diversidade ideológico-institucional das sociedades humanas e desconfiar de todo discurso que vise naturalizar as desigualdades e negar a existência de alternativas. Significa também que é preciso estudar de perto os dispositivos institucionais e os detalhes das regras jurídicas, fiscais ou educacionais implementadas nos diferentes países porque, na verdade, esses detalhes decisivos é que fazem com que a cooperação funcione e que a igualdade avance (ou não) para além da boa vontade de uns e outros, a qual deve sempre ser presumida, mas nunca é o bastante enquanto não se concretiza em dispositivos cognitivos e institucionais sólidos. Se eu conseguir transmitir ao leitor um pouco desse maravilhamento racional e convencê-lo de que os conhecimentos históricos e econômicos são demasiado importantes para serem deixados para os outros, meu objetivo terá sido plenamente alcançado.

As fontes utilizadas neste livro: desigualdades e ideologias

Este livro se apoia em dois grandes tipos de fontes históricas: de um lado, as fontes que permitem mensurar a evolução das desigualdades sob uma perspectiva histórica, comparativa e multidimensional (desigualdades de renda, salário, patrimônio, educação, gênero, idade, profissão, origem, religião, raça, status etc.); e, de outro, as fontes que possibilitam o estudo das transformações das ideologias, das crenças políticas e das representações das desigualdades e das instituições econômicas, sociais e políticas que as estruturam.

No que concerne às desigualdades, vou me fundamentar principalmente nos dados reunidos no âmbito da World Inequality Database (WID.world). Esse projeto se apoia nos esforços combinados de mais de 100 pesquisadores cobrindo na atualidade mais de 80 países em todos os continentes. Ele reúne a maior base de dados hoje disponível sobre a evolução histórica das desigualdades de renda e patrimônio, tanto entre os países quanto dentro deles. O projeto WID.world tem suas raízes em trabalhos históricos empreendidos no início dos anos 2000 com Anthony Atkinson e Emmanuel Saez, os quais, por sua vez, visavam generalizar e estender pesquisas iniciadas nos anos 1950 e 1970 por Simon Kuznets, Atkinson e Allan Harrison.¹ Tais trabalhos se baseiam numa confrontação sistemática das diferentes fontes disponíveis, em especial das contas nacionais, dos dados de pesquisas amostrais e dos dados fiscais e sobre heranças, que em geral permitem remontar ao fim do século XIX e início do XX, período em que foram criados em vários países sistemas de imposto progressivo sobre a renda e as heranças, o que também possibilitou revelar novos aspectos acerca das riquezas (o imposto é sempre um meio de produzir

conhecimentos e categorias, e não apenas receitas tributárias e descontentamento). No caso de alguns países, inclusive, é possível remontar ao final do século XVIII e início do XIX, em especial para a França, onde a Revolução levou à implementação precoce de um sistema unificado de registro das propriedades e de sua transmissão. Essas pesquisas permitiram colocar numa perspectiva histórica longa o fenômeno do recrudescimento das desigualdades observado desde os anos 1980-1990 e contribuíram assim para alimentar o debate público mundial sobre essas questões, como atesta o interesse suscitado por *O capital no século XXI*, lançado em 2013, e pelo *Relatório da desigualdade mundial*, em 2018.² Tal interesse também demonstra uma profunda necessidade de democratização dos conhecimentos econômicos e de participação política. Em sociedades cada vez mais educadas e informadas, torna-se cada vez menos aceitável confiar as questões econômicas e financeiras a um pequeno grupo de especialistas com competências duvidosas e é simplesmente natural que um número cada vez maior de cidadãos deseje formar sua própria opinião e agir de acordo com ela. A economia está no cerne da política; é algo que não se delega, como tampouco se delega a democracia.

Infelizmente, os dados disponíveis sobre as desigualdades permanecem incompletos, devido, sobretudo, à falta de transparência econômica e financeira e às dificuldades de acesso às fontes fiscais, administrativas e bancárias de muitos países. Graças ao apoio de centenas de cidadãos, pesquisadores e jornalistas, tivemos acesso nesses últimos anos a novas fontes que alguns governos até então se recusavam a disponibilizar, como, por exemplo, os do Brasil e da Índia, da África do Sul e da Tunísia, do Líbano e da Costa do Marfim, da Coreia e de Taiwan, da Polônia e da Hungria, e, infelizmente de forma mais restrita, da China e da Rússia. Entre as muitas limitações de *O capital no século XXI*, uma das mais evidentes é o fato de ser centrado no Ocidente, no sentido de que dá um espaço excessivo para a experiência histórica dos países ricos (Europa Ocidental, América do Norte e Japão). Isso se deve, em parte, às dificuldades de acesso a fontes históricas adequadas para os demais países. Os dados inéditos hoje disponíveis no WID.world me permitem, neste novo livro, sair do âmbito ocidental e desenvolver uma análise mais ampla dos diversos regimes desigualitários e das trajetórias e bifurcações possíveis. Devo ressaltar, porém, que apesar desses avanços os dados disponíveis permanecem muito insuficientes, tanto, aliás, no caso dos países ricos quanto no dos países pobres.

Além disso, neste livro reuni inúmeras outras fontes e materiais relativos a períodos, países e aspectos das desigualdades pouco trabalhados pelo WID.world; por exemplo, sobre as sociedades pré-industriais e coloniais e sobre as desigualdades de status, profissão, educação, gênero, raça e religião.

No que diz respeito às ideologias, as fontes utilizadas serão naturalmente muito variadas. Vou lançar mão das fontes clássicas, é claro: debates parlamentares, discursos políticos, programas e plataformas eleitorais dos partidos. Vou recorrer tanto aos textos dos teóricos quanto aos dos atores políticos, uma vez que ambos cumprem um papel importante na história. Eles trazem esclarecimentos complementares sobre os esquemas de justificação da desigualdade vigentes nas diversas épocas. Isso, por exemplo, vale tanto para os textos episcopais do início do século XI, que

justificavam a organização trifuncional da sociedade em três classes — clerical, guerreira e laboriosa —, quanto para o influente tratado neoproprietarista e semiditatorial publicado no início dos anos 1980 por Friedrich Hayek (*Law, Legislation and Liberty*), passando pelos escritos de John Calhoun, senador democrata da Carolina do Sul e vice-presidente dos Estados Unidos, dedicados à justificação da “escravidão como um bem positivo” (*slavery as a positive good*) nos anos 1830. Isso também se aplica aos textos de Xi Jinping e do *Global Times* sobre o sonho neocomunista chinês, que são tão reveladores quanto os tuítes de Donald Trump ou os artigos do *The Wall Street Journal* e do *The Financial Times* sobre a visão hipercapitalista, americana e anglo-saxã. Todas essas ideologias devem ser levadas a sério não só por terem um impacto considerável sobre o rumo dos acontecimentos, mas também por representarem, cada uma a seu modo, tentativas (mais ou menos convincentes) de dar sentido a realidades sociais complexas. Ocorre que os seres humanos não têm outra alternativa senão tentar dar sentido às sociedades em que vivem, por mais injustas e desiguais que elas sejam. Parto do princípio de que sempre há algo a aprender na expressão desses diferentes esquemas ideológicos e de que somente um exame do conjunto dos discursos e trajetórias históricas permite depreender lições úteis para o futuro.

Também vou recorrer à literatura, que constitui, não raro, uma das melhores fontes para ilustrar as mudanças nas representações das desigualdades. Em *O capital no século XXI*, utilizei principalmente o romance europeu clássico do século XIX, em especial textos de Balzac e Jane Austen, que oferecem um ponto de vista insubstituível sobre as sociedades de proprietários que prosperaram na França e no Reino Unido nos anos 1790-1830. Esses dois romancistas têm um íntimo conhecimento da hierarquia da propriedade vigente no mundo que os cercava. Conhecem mais do que ninguém seus mecanismos ocultos e fronteiras secretas, as consequências implacáveis para a vida daquelas mulheres e daqueles homens, suas estratégias de contatos e alianças, suas esperanças e seus dramas. Eles analisam a estrutura profunda das desigualdades, suas justificativas, suas implicações na vida de cada um, com uma verdade e força evocativa que nenhum discurso político e nenhum texto de ciências sociais saberia igualar.

Veremos que essa capacidade única da literatura de evocar as relações de poder e dominação entre grupos sociais, de auscultar as percepções das desigualdades tal como são sentidas por uns e outros, é encontrada em todas as sociedades e pode nos dar testemunhos preciosos de regimes desigualitários muito diversos. Em *A vontade e a fortuna*, um panorama magnífico publicado em 2008, poucos anos antes de sua morte, Carlos Fuentes pinta um quadro edificante do capitalismo mexicano e das violências sociais que acometem seu país. Em *Le Monde des hommes*, publicado em 1980, Pramoedya Ananta Toer revela o funcionamento do regime colonial e desigualitário holandês na Indonésia do fim do século XIX e início do XX com uma verdade e brutalidade que nenhuma outra fonte consegue alcançar. Em *Americanah*, Chimamanda Ngozie Adichie nos propõe, em 2013, um olhar altivo e irônico sobre as trajetórias migratórias de Ifemelu e Obinze, da Nigéria para os Estados Unidos e Europa — e, portanto, um ponto de vista único sobre uma das dimensões mais fortes do regime desigualitário atual.

Para analisar as ideologias e suas transformações, este livro também se apoiará numa

exploração sistemática e original das pesquisas pós-eleitorais realizadas na maioria dos países em que houve eleições desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar de suas tantas limitações, essas pesquisas compõem um observatório incomparável sobre a estrutura e as dimensões do conflito político, ideológico e eleitoral desde as décadas de 1940 e 1950 até o final dos anos 2010, não só na quase totalidade dos países ocidentais (em particular, na França, Estados Unidos e Reino Unido, sobre os quais vou me debruçar mais detidamente), mas também em diversos outros países que examinarei, em especial a Índia, o Brasil e a África do Sul. Uma das maiores limitações de *O capital no século XXI*, para além de seu cunho exclusivamente ocidental, é sua tendência a tratar as evoluções político-ideológicas relacionadas às desigualdades e à redistribuição como se fossem uma espécie de caixa-preta. É certo que nele formulo algumas hipóteses nesse sentido — sobre as mudanças nas representações e atitudes políticas diante das desigualdades e da propriedade privada induzidas pelas guerras mundiais, pelas crises econômicas e pelo desafio comunista, por exemplo —, mas o faço sem de fato abordar de forma direta a questão da evolução das ideologias desigualitárias. Isso é o que procuro fazer agora neste novo livro de forma muito mais explícita, ressitando essa questão dentro de uma perspectiva temporal e espacial mais ampla e apoiando-me, sobretudo, nessas pesquisas pós-eleitorais, além de outras fontes que possibilitam analisar a evolução das ideologias.

O progresso humano, o retorno das desigualdades, a diversidade do mundo

Entremos, agora, no cerne da questão. O progresso humano existe, mas é frágil e a qualquer momento pode se esfalear nos desvios desigualitários e identitários do mundo. O progresso humano existe: para se convencer, basta observar a evolução da saúde e da educação no mundo ao longo dos dois últimos séculos (ver o Gráfico I.1). A expectativa de vida ao nascer passou de cerca de 26 anos em média no mundo em 1820 para 72 anos em 2020. No início do século XIX, a mortalidade infantil atingia cerca de 20% dos recém-nascidos do planeta em seu primeiro ano de vida, contra menos de 1% hoje em dia. Quando focamos os indivíduos que completam um ano de idade, a expectativa de vida no nascimento passou de cerca de 32 anos em 1820 para 73 anos em 2020. Poderíamos citar vários outros indicadores: a probabilidade de um recém-nascido chegar aos 10 anos, de um adulto alcançar os 60 anos ou de um idoso viver cinco ou dez anos de aposentadoria com saúde. Em todos esses indicadores, a melhora de longo prazo é impressionante. Sem dúvida, sempre pode haver países e épocas em que a expectativa de vida diminui mesmo em tempos de paz, como é o caso da União Soviética nos anos 1970 ou dos Estados Unidos nos anos 2010 — o que não costuma ser um bom sinal para os regimes envolvidos. Contudo, no longo prazo a tendência à melhora é incontestável em todas as partes do mundo e independente, inclusive, das limitações das fontes demográficas disponíveis.³

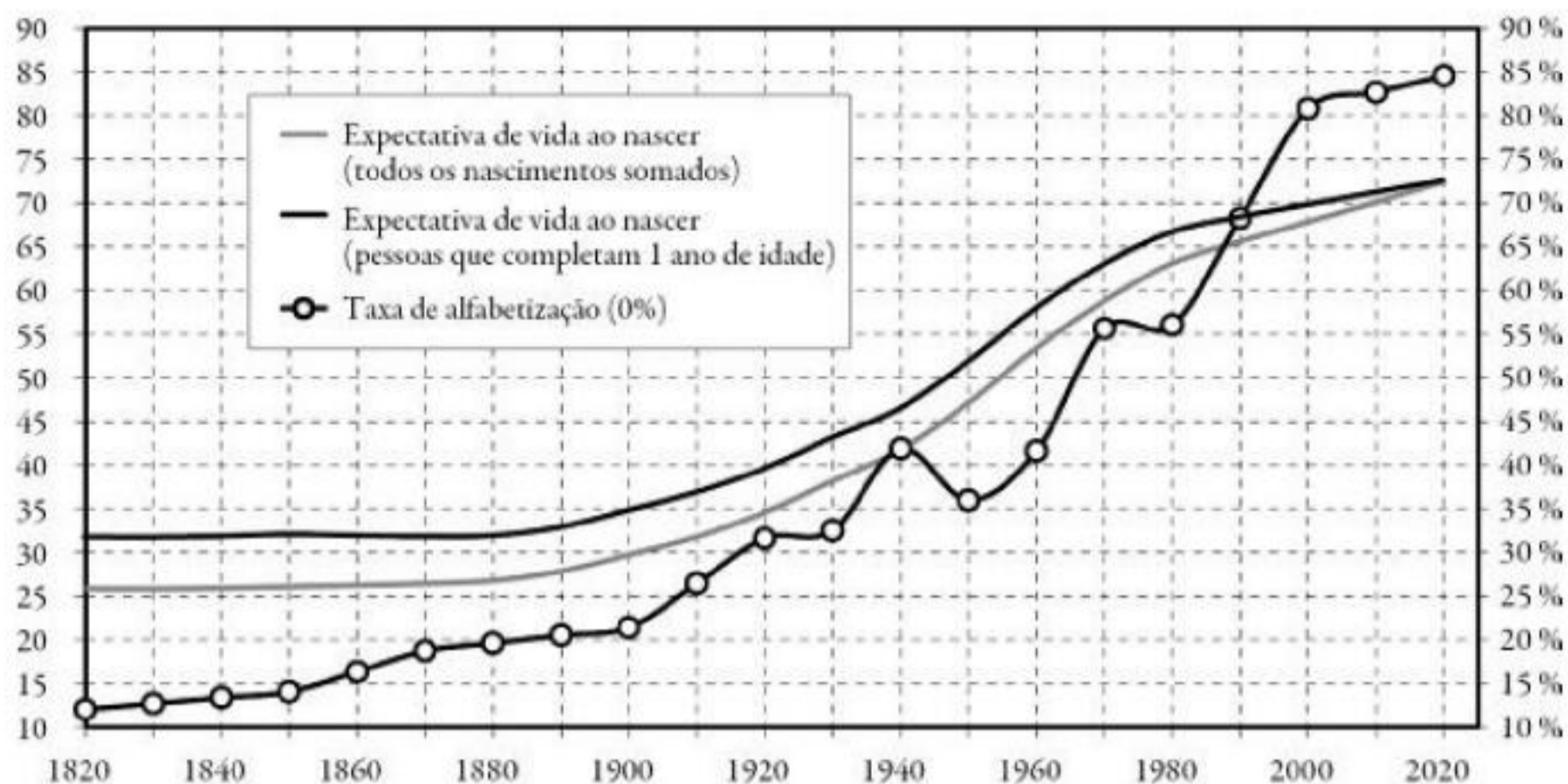


GRÁFICO 1.1. Saúde e educação no mundo, 1820-2020

A expectativa de vida ao nascer (todos os nascimentos somados) passou de aproximadamente 26 anos em média no mundo em 1820 para 72 anos em 2020. A expectativa de vida ao nascer entre as pessoas que completam 1 ano de idade passou de 32 para 73 anos (a mortalidade infantil no primeiro ano de vida passou de cerca de 20% em 1820 para menos de 1% em 2020). A taxa de alfabetização na população mundial com 15 anos ou mais passou de 12% para 85%.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

A humanidade vive hoje com mais saúde do que já viveu; também tem mais acesso à educação e à cultura do que jamais teve. No início do século XIX, não existia a Unesco para definir a alfabetização como é feito desde 1958, isto é, como a capacidade que uma pessoa tem “de ler e escrever de forma compreensível um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária”. Todavia, as informações coletadas em diversas pesquisas e recenseamentos permitem estimar que apenas 10% da população mundial com mais de 15 anos era alfabetizada no início do século XIX, contra mais de 85% hoje. Mais uma vez, nesse caso indicadores mais refinados, como o número médio de anos de escolarização — que teria passado de apenas um ano dois séculos atrás para mais de oito anos no mundo atual e mais de doze anos nos países mais avançados —, confirmariam o diagnóstico. Na época de Austen e Balzac, menos de 10% da população mundial frequentou a escola primária; na de Adichie e Fuentes, mais da metade das gerações jovens têm acesso à universidade nos países ricos: o que era visto desde sempre como um privilégio de classe se torna disponível para a maioria.

Para se ter consciência da dimensão das transformações em questão, convém lembrar, além disso, que tanto a população humana quanto a renda média multiplicaram-se em mais de dez vezes desde o século XVIII para cá. A primeira passou de cerca de 600 milhões em 1700 para mais de 7 bilhões em 2020, ao passo que a segunda, até onde é possível medir, passou de um poder aquisitivo médio (expresso em euros de 2020) de apenas 80 euros mensais por habitante do

planeta por volta de 1700 para cerca de 1.000 euros mensais em 2020 (ver o Gráfico I.2). Entretanto, não é certo que essas progressões quantitativas consideráveis — sendo que, vale lembrar, ambas correspondem a um ritmo de crescimento anual médio de apenas 0,8%, acumulados ao longo de mais de três séculos (maior prova de que um crescimento de 5% ao ano talvez não seja indispensável para se alcançar a felicidade terrestre) — representem “progressos” tão incontestáveis, num certo sentido, quanto aqueles alcançados em termos de saúde e educação.

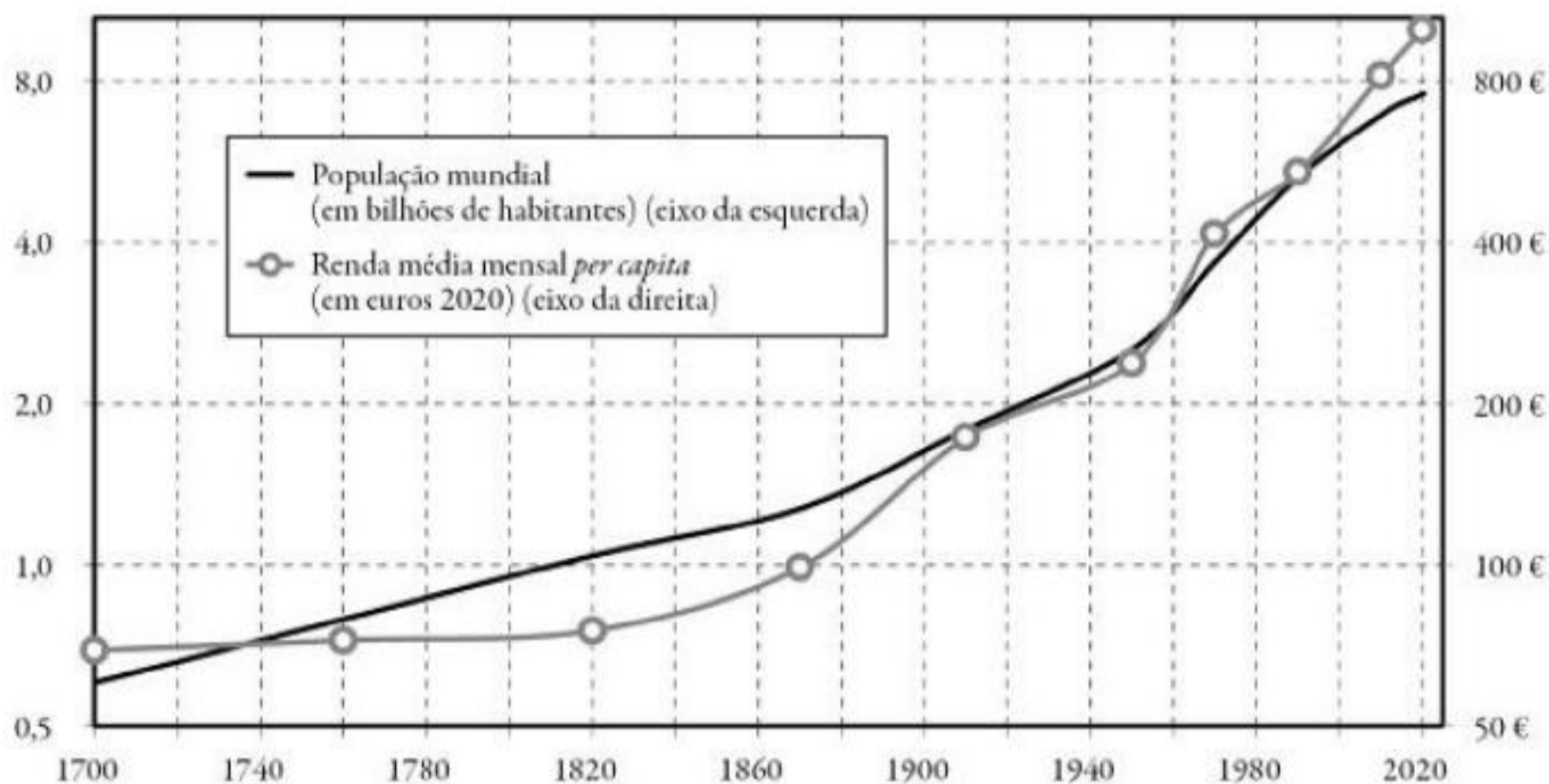


GRÁFICO I.2. População e renda média no mundo, 1700-2020

Tanto a população mundial quanto a renda média nacional multiplicaram-se em mais de dez vezes entre 1700 e 2020: a primeira passou de aproximadamente 600 milhões de habitantes em 1700 para mais de 7 bilhões em 2020; a segunda, expressa em euros e em paridade de poder de compra, passou de apenas 80 euros mensais por habitante do planeta em 1700 para cerca de 1.000 euros mensais *per capita* em 2020.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Nos dois casos, a interpretação dessas evoluções é ambígua e introduz debates complexos para o futuro. Sem dúvida, o crescimento demográfico reflete em parte a queda da mortalidade infantil e o fato de um número crescente de pais ter podido envelhecer com os filhos, o que não é pouca coisa. Todavia, ainda resta o fato de que tal aumento da população, se prosseguisse nesse ritmo, nos levaria a mais de 70 bilhões de humanos daqui a três séculos, algo que não parece nem desejável nem suportável para o planeta. O crescimento da renda média reflete, em parte, uma efetiva melhoria das condições de vida (três quartos dos habitantes do planeta viviam próximos do patamar de subsistência no século XVIII, contra menos de um quinto hoje), assim como novas possibilidades de viagens, lazer, contatos e emancipação. Além disso, há a questão de que as contas nacionais, aqui mobilizadas para descrever a evolução de longo prazo da renda média — e que desde sua criação, no final do século XVII e início do XVIII, no Reino Unido e na França, procuram medir a renda nacional, o produto interno bruto (PIB) e, às vezes, o capital nacional

dos países —, apresentam uma série de problemas. Tirando o fato de focarem médias e agregados e não levarem absolutamente em conta as desigualdades, só muito devagar elas têm começado a incorporar a questão da sustentabilidade e do capital humano e natural. Também convém não superestimar sua capacidade de sintetizar num único indicador as transformações multidimensionais das condições de vida e do poder de compra em períodos tão longos.⁴

De modo geral, os reais progressos alcançados em termos de saúde, educação e poder aquisitivo acabam mascarando imensas desigualdades e fragilidades. Em 2018, a taxa de mortalidade infantil antes de 1 ano de idade era inferior a 0,1% nos países europeus, norte-americanos e asiáticos mais ricos, porém chegava a quase 10% nos países africanos mais pobres. A renda média mundial com certeza chegava a 1.000 euros, mas era de apenas 100-200 euros mensais *per capita* nos países mais pobres, ao passo que ultrapassava os 3.000-4.000 euros mensais nos países mais ricos, ou até mais em alguns microparaísos fiscais acusados por alguns (não sem razão) de roubar o resto do planeta, ou então países cuja prosperidade se baseia nas emissões de carbono e no aquecimento futuro. Houve, sim, alguns avanços, mas isso em nada altera o fato de que sempre é possível melhorar ou, pelo menos, se questionar seriamente sobre o assunto, em vez de se entregar a um sentimento de beatitude perante as conquistas do mundo.

Acima de tudo, esse progresso humano médio, incontestável se comparadas às condições de vida vigentes no século XVIII e no início do século XXI, não pode nos levar a esquecer que tal evolução de longuíssimo prazo foi acompanhada de períodos terríveis de regressão desigualitária e civilizacional. O Iluminismo euro-americano e a Revolução Industrial se ancoraram em sistemas extremamente violentos de dominação proprietarista, escravocrata e colonial, que assumiram uma amplitude histórica sem precedentes no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, antes de as próprias potências europeias afundarem num período de autodestruição genocida entre 1914 e 1945. Essas mesmas potências tiveram em seguida que enfrentar as descolonizações nas décadas de 1950 e 1960, no mesmo momento em que as autoridades americanas enfim estendiam os direitos civis aos descendentes de escravos. O temor de um apocalipse atômico ligado ao conflito comunismo-capitalismo mal fora esquecido, após a derrocada soviética de 1989-1991, e o apartheid sul-africano mal fora abolido em 1991-1994 quando o mundo entrou num novo torpor nos anos 2000-2010: o do aquecimento climático e de uma tendência generalizada ao recuo identitário e xenófobo — e tudo isso num contexto de recrudescimento sem precedentes das desigualdades socioeconômicas no interior dos países a partir dos anos 1980-1990, potencializado por uma ideologia neoproprietarista particularmente radical. Não faz sentido afirmar que todos esses episódios observados desde o século XVIII até o XXI eram necessários e indispensáveis para que o progresso humano se realizasse. Outras trajetórias e regimes desigualitários eram possíveis e outras trajetórias e regimes mais justos e igualitários sempre são possíveis.

Se há uma lição a ser tirada da história mundial dos três últimos séculos, é a de que o progresso humano não é linear, que seria um grande equívoco supor que tudo evolui sempre para melhor e que a livre competição das potências estatais e dos atores econômicos é o que basta para nos conduzir, como que por milagre, à harmonia social e universal. O progresso humano existe, sim,

mas é uma luta e deve, antes de mais nada, sustentar-se numa análise racional das evoluções históricas passadas, com tudo que elas encerram de positivo e negativo.

A volta das desigualdades: pontos de referência iniciais

O aumento das desigualdades socioeconômicas observado na maioria dos países e regiões do planeta desde os anos 1980-1990 figura entre as evoluções estruturais mais preocupantes com que o mundo se vê confrontado neste início do século XXI. Veremos, além disso, que é muito difícil imaginar soluções para os outros grandes desafios do nosso tempo, a começar pelos desafios climáticos e migratórios, se não conseguirmos, paralelamente, reduzir as desigualdades e erigir um padrão de justiça aceitável para a maioria.

Começemos por examinar a evolução de um indicador simples, a saber, a participação do décimo superior (isto é, dos 10% da população que possuem rendas mais elevadas) na renda total nas diferentes regiões do mundo desde 1980. No caso de igualdade social absoluta, essa participação deveria ser igual a 10%; no caso de desigualdade absoluta, deveria ser igual a 100%. É evidente que, na prática, ela está sempre situada entre esses dois extremos, embora com variações significativas no tempo e no espaço. Em particular, uma tendência à alta tem sido observada em quase todos os países no decorrer das últimas décadas. Assim, se compararmos o caso da Índia, dos Estados Unidos, da Rússia, da China e da Europa, constatamos que, em cada uma dessas cinco regiões, a participação do décimo superior ficava em torno de 25%-35% da renda total em 1980 e está em torno de 35%-55% em 2018 (ver o Gráfico I.3). Dada a sua amplitude, é lícito questionar até onde irá essa evolução: a parcela do décimo superior chegará a 55%-75% da renda total dentro de algumas décadas, e assim sucessivamente? Note-se também que a magnitude do aumento das desigualdades varia de forma considerável entre as regiões, inclusive para um mesmo nível de desenvolvimento. Desse modo, as desigualdades avançaram com muito mais rapidez nos Estados Unidos do que na Europa e com muito mais força na Índia do que na China. Além disso, os dados detalhados indicam que esse aumento das desigualdades se deu, sobretudo, às custas dos 50% mais pobres, cuja participação na renda total estava em torno de 20%-25% nessas cinco regiões em 1980 e já não passa de 15%-20% em 2018 (ou pouco mais de 10% nos Estados Unidos, o que é especialmente preocupante).⁵

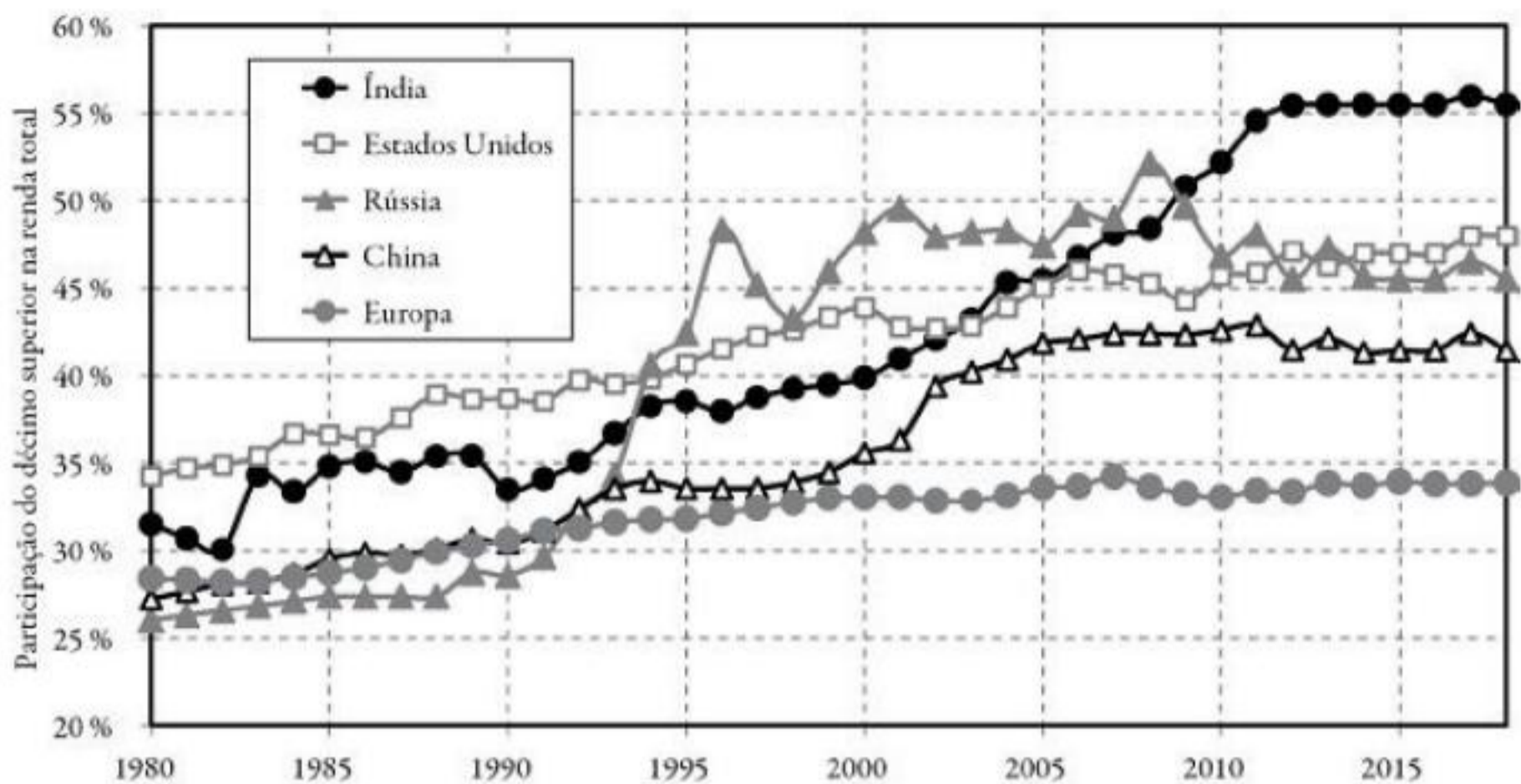


GRÁFICO I.3. O aumento das desigualdades no mundo, 1980-2018

A participação do décimo superior (os 10% das rendas mais elevadas) na renda nacional total situava-se entre 26% e 34% em 1980 nas regiões do mundo; em 2018, esse índice ficou entre 34% e 56%. O aumento das desigualdades é geral, mas sua dimensão varia muitíssimo de acordo com os países, em todos os níveis de desenvolvimento. Por exemplo, é mais acentuada nos Estados Unidos do que na Europa (União Europeia) e mais na Índia do que na China.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Se adotarmos uma perspectiva de duração mais longa, constatamos que as cinco grandes regiões do mundo, representadas no Gráfico I.3, passaram por uma fase histórica relativamente igualitária entre 1950 e 1980, antes de entrarem num período de aumento das desigualdades a partir de 1980 (ver, por exemplo, o Gráfico I.6). A fase igualitária de 1950-1980 corresponde a regimes políticos distintos segundo as regiões — regimes comunistas na China e na Rússia e regimes que poderíamos qualificar de social-democratas na Europa e, de certa forma, nos Estados Unidos e na Índia, segundo modalidades bem distintas que precisaremos examinar mais de perto —, mas que tinham o ponto em comum de favorecerem uma relativa igualdade socioeconômica (o que não significa que outras desigualdades não tivessem um papel essencial).

Se ampliarmos a perspectiva para outras partes do mundo, veremos que existem regiões ainda mais desigualitárias (ver o Gráfico I.4). A participação do décimo superior, por exemplo, chega a 54% da renda total na África Subsaariana (e até 65% se focarmos a África do Sul), 56% no Brasil e 64% no Oriente Médio, que aparece como a região mais desigualitária do mundo em 2018 (quase empatada com a África do Sul), com os 50% mais pobres detendo uma parcela inferior a 10% da renda total.⁶ As origens das desigualdades nessas regiões são extremamente variadas: uma pesada herança histórica, somada às discriminações raciais e coloniais e, em alguns casos, à escravidão (em especial, no Brasil e na África do Sul, e também nos Estados Unidos), além de fatores mais “modernos” relacionados à hiperconcentração das riquezas petrolíferas e à sua transformação em

riquezas econômicas sustentáveis, no caso do Oriente Médio, por meio dos mercados internacionais e de um sofisticado sistema jurídico. O principal ponto comum entre esses regimes distintos (África do Sul, Brasil e Oriente Médio) é o fato de eles se situarem na fronteira da desigualdade do mundo contemporâneo, com uma participação do décimo superior em torno de 55%-65% da renda total. Além disso, mesmo que os dados históricos sejam imperfeitos, parece que tais regiões sempre se caracterizaram por um nível elevado de desigualdade: elas nunca conheceram uma fase igualitária “social-democrata” (muito menos uma comunista).

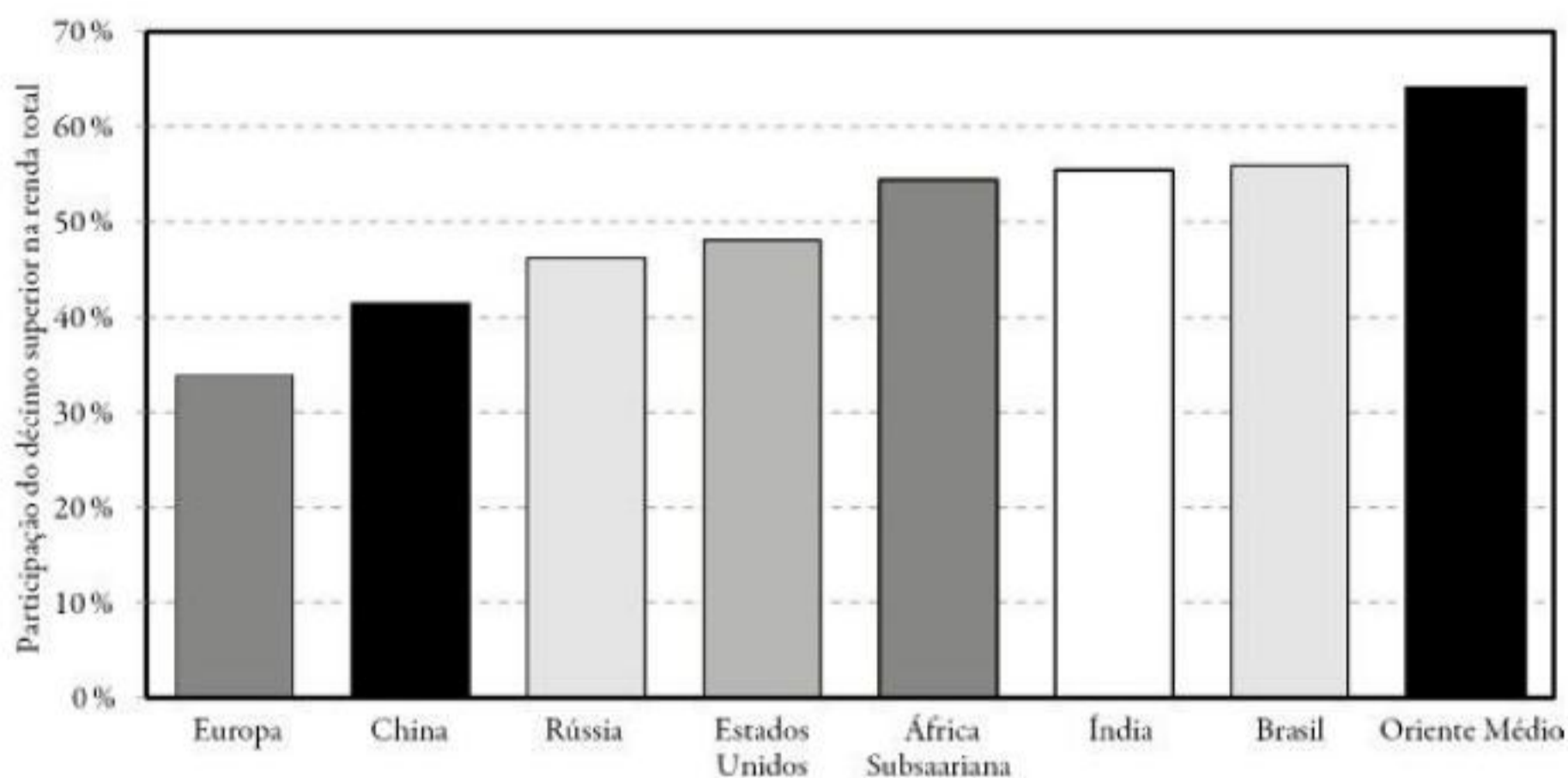


GRÁFICO 14. A desigualdade nas diferentes regiões do mundo em 2018

Em 2018, a participação do décimo superior (os 10% das rendas mais elevadas) na renda nacional era de 34% na Europa, 41% na China, 46% na Rússia, 48% nos Estados Unidos, 54% na África Subsaariana, 55% na Índia, 56% no Brasil e 64% no Oriente Médio.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Em resumo: temos assistido desde 1980-1990 a um aumento das desigualdades em quase todas as regiões do mundo, com a exceção das que nunca tinham deixado de ser fortemente desigualitárias. De certa forma, as regiões que conheceram uma relativa igualdade entre 1950 e 1980 parecem estar em vias de atingir a fronteira da desigualdade do mundo, embora o façam com amplas variações entre os países.

A curva do elefante: debater a globalização com serenidade

O aumento das desigualdades no interior dos países a partir de 1980 é um fenômeno que hoje está bem documentado e é amplamente reconhecido como tal. Entretanto, a concordância em torno dessa constatação naturalmente não implica um consenso quanto às soluções: a questão crucial

não é tanto o nível da desigualdade, mas sobretudo sua origem e seu esquema justificativo. É perfeitamente possível, por exemplo, considerar que o nível de desigualdade monetária era artificial e excessivamente baixo nos regimes comunistas russo e chinês em 1980 e que, portanto, o aumento das disparidades de renda observado a partir dos anos 1980-1990 não tem nada de negativo; tendo, pelo contrário, contribuído para estimular a inovação e o crescimento, para o maior benefício de todos, incluindo dos mais humildes, em especial na China, onde a pobreza diminuiu de forma acentuada. Esse tipo de argumento é potencialmente aceitável, mas desde que utilizado com moderação e clarividência, após um cuidadoso exame dos elementos de que dispomos. Não se pode, assim, justificar todo e qualquer monopolização privada de riquezas naturais ou de antigas empresas públicas empreendida por oligarcas russos e chineses dos anos 2000-2020 (os quais nem sempre deram mostras de grande capacidade individual de inovação, a não ser, talvez, para conceber armações jurídicas e fiscais que possibilitassem suas apropriações) pelo fato de que, nesses dois países, as desigualdades monetárias eram exageradamente baixas em 1980.

Um argumento semelhante também poderia ser utilizado nos casos da Índia, da Europa e dos Estados Unidos: o nível de igualdade teria sido excessivo nesses locais entre 1950 e 1980 e foi preciso dar-lhe um termo, em nome do interesse dos mais pobres. Contudo, tal argumento esbarra em dificuldades ainda maiores que nos casos russo e chinês e, seja como for, não pode servir para justificar todo e qualquer aumento das desigualdades, de qualquer amplitude que seja, sem sequer se dar ao trabalho de examiná-la. Desse modo, por exemplo, o crescimento tanto dos Estados Unidos quanto da Europa foi maior durante o período igualitário de 1950-1980 do que no período posterior, caracterizado pela elevação das desigualdades, o que levanta sérias dúvidas quanto à utilidade social de tal elevação. Em contrapartida, o aumento maior das desigualdades observado nos Estados Unidos desde 1980, quando comparado com o da Europa, não gerou nenhum crescimento adicional e, de qualquer forma, não beneficiou os 50% mais pobres, que conheceram nos Estados Unidos uma total estagnação de seu padrão de vida absoluto e uma queda de seu padrão relativo. Por fim, a alta mais acentuada das desigualdades observada na Índia desde 1980, quando comparada com a China, foi acompanhada de um crescimento nitidamente menor, o que resultou uma dupla penalização dos 50% mais pobres: um crescimento total e uma participação menores. Entretanto, por mais frágeis que possam ser, esses argumentos fundados na ideia de uma compressão excessiva das disparidades de renda entre 1950 e 1980 devem ser levados a sério, pelo menos até certo ponto, e vamos examiná-los de forma aprofundada neste livro.

Uma maneira particularmente transparente e expressiva de representar a repartição do crescimento global a partir de 1980 e a complexidade das evoluções em jogo consiste em relacionar a posição na hierarquia mundial das rendas com o tamanho do crescimento observado nesse nível da hierarquia. Obtém-se então o que se pode chamar de “curva do elefante” (ver o Gráfico I.5).⁷ Em resumo: os níveis de renda compreendidos entre os percentis 60 e 90 da repartição mundial (isto é, os que não pertencem nem aos 60% das rendas mais baixas do planeta nem aos 10% das rendas mais elevadas), um intervalo que corresponde, *grosso modo*, às classes

médias e populares dos países ricos, foram amplamente esquecidos pelo crescimento mundial do período 1980-2018, o qual, em compensação, beneficiou fortemente os grupos situados abaixo e acima deles, isto é, as famílias dos países pobres e emergentes (o dorso do elefante, em especial os percentis 20 e 40) e, mais ainda, as famílias mais ricas dos países ricos e do mundo todo (o alto da tromba, acima do percentil 99, ou seja, o 1% das rendas mais altas do mundo e principalmente os 0,1% e 0,01% mais altas, que se beneficiaram de um crescimento de várias centenas de percentuais). Se a repartição mundial da renda estivesse em situação de equilíbrio, essa curva seria plana: todos os percentis progrediriam, em média, no mesmo ritmo. Ainda haveria ricos e pobres, e ainda haveria fortes mobilidades individuais, ascendentes ou descendentes, mas os níveis de renda média dos diferentes percentis aumentariam todos no mesmo ritmo.⁸ O crescimento mundial seria então como “uma maré montante que ergue todos os barcos” (*a rising tide that lifts all boats*), retomando a expressão anglo-saxã corrente no pós-guerra para descrever um crescimento que beneficiasse em proporções comparáveis todas as classes de renda. O fato de estarmos tão distantes de uma curva plana demonstra a magnitude das transformações em curso.

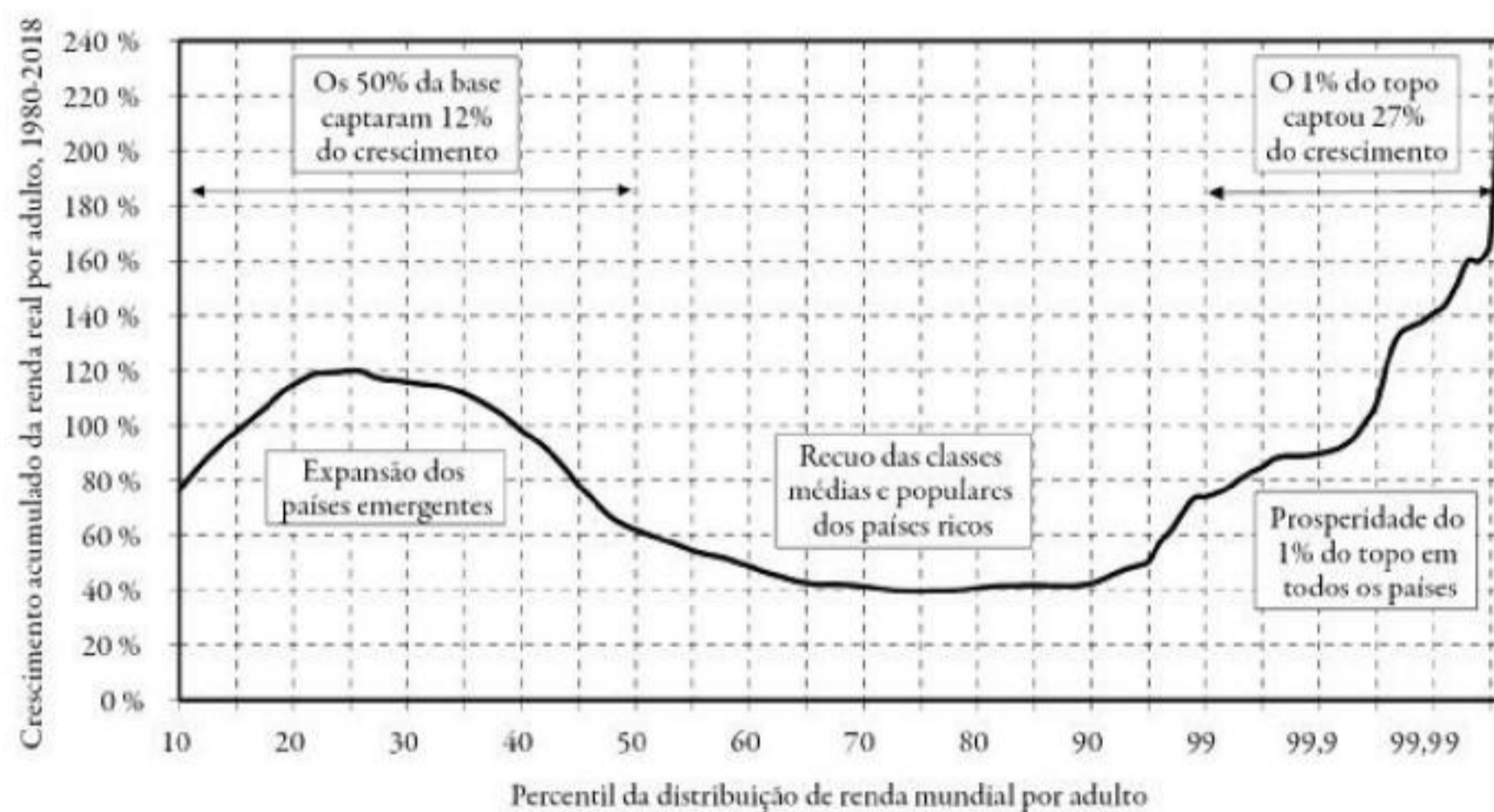


GRÁFICO 15. Curva do elefante das desigualdades mundiais, 1980-2018

Os 50% das rendas mais baixas do mundo tiveram um crescimento acentuado de seu poder aquisitivo entre 1980 e 2018 (entre +60% e +120%); o 1% das rendas mais altas do mundo tiveram um crescimento ainda mais acentuado (entre +80% e +240%); em compensação, as rendas intermediárias tiveram um crescimento mais limitado. Em resumo: as desigualdades diminuíram entre a base e o meio da distribuição mundial de renda e aumentaram entre o meio e o topo.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Essa curva é fundamental porque permite compreender melhor o difícil diálogo que às vezes caracteriza o debate público sobre a globalização: enquanto alguns se maravilham com a redução

das desigualdades e da pobreza mundial possibilitadas pelo crescimento formidável dos países menos avançados, outros se queixam da pesada e inexorável alta das desigualdades acarretada pelos excessos do hipercapitalismo globalizado. Ocorre que ambos os discursos têm sua parcela de verdade: as desigualdades diminuíram entre a base e o meio da repartição mundial de renda e aumentaram entre o meio e o topo da distribuição. Esses dois aspectos da globalização são igualmente reais e não se trata de negar um ou outro e sim, principalmente, de saber como manter os aspectos positivos da globalização ao mesmo tempo que se livra dos negativos. Note-se, de passagem, a importância da linguagem, das categorias e do dispositivo cognitivo utilizados: se descrevêssemos as desigualdades por meio de um indicador único, como o coeficiente de Gini, poderíamos ter a ilusão de que nada muda, justamente porque não estaríamos nos dando meios de ver que as evoluções são complexas e multidimensionais e que deixamos vários efeitos se mesclarem e compensarem dentro de um indicador único. Eis o motivo por que não vou recorrer, neste livro, a esse tipo de indicador “sintético”. Terei o cuidado de sempre descrever as desigualdades e suas evoluções, distinguindo de forma clara os diferentes decis e percentis de rendas e patrimônios em pauta e, por extensão, os grupos sociais envolvidos.⁹

Nesse caso específico, há quem talvez tenda a criticar a “curva do elefante” pela importância visual excessiva dada ao 1% e 0,1% da população mundial que enriqueceram no topo da distribuição. Mas, em vez de atizar de forma tão tola a inveja e a cobiça em relação a grupos tão minúsculos, não seria melhor festejar o crescimento observado na base da distribuição? A verdade é que pesquisas mais recentes não só confirmaram a pertinência dessa abordagem como mostraram que a curva do elefante se encontrava ainda mais acentuada no topo do que se previra a princípio. Constata-se, assim, que no período 1980-2018 a parcela do crescimento total mundial das rendas captada pelo 1% mais rico do mundo é de 27%, contra 12% dos 50% mais pobres (ver o Gráfico I.5). Em outras palavras, o topo da tromba representa, sem dúvida, uma pequena parcela da população, mas se apropriou de uma fatia paquidérmica do crescimento, mais de duas vezes maior que a participação dos cerca de 3,5 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre do mundo.¹⁰ Isso significa, por exemplo, que um modelo de crescimento ligeiramente menos favorável ao topo da pirâmide teria permitido (e poderá permitir no futuro) uma redução bem mais rápida da pobreza mundial.

Aqui, mais uma vez, dados desse tipo até podem orientar o debate, mas não estão aptos a concluí-lo. De novo, tudo depende da origem das desigualdades e de como elas são justificadas. A questão central é saber até que ponto é possível justificar o crescimento do topo em nome dos muitos benefícios propiciados pelos mais ricos ao restante da sociedade. Se acreditamos de fato que o aumento das desigualdades permite, ainda e sempre, melhorar a renda e as condições de vida dos 50% mais pobres, então é possível justificar que o 1% mais rico concentre 27% do crescimento mundial, ou bem mais — por exemplo, 40%, 60% ou até 80%. A análise das trajetórias distintas, em especial as comparações Estados Unidos × Europa e Índia × China mencionadas há pouco, não sustenta interpretações desse tipo, uma vez que os países cujo topo enriqueceu mais acentuadamente não são aqueles em que os pobres mais prosperaram. Pelo

contrário, essas comparações sugerem que a parcela do crescimento mundial captada pelo 1% mais rico poderia (e poderá no futuro) ser reduzida a cerca de 10%-20%, ou até menos, o que permitiria um forte aumento da parte que cabe aos 50% mais pobres. Essas questões, contudo, são relevantes o suficiente para merecerem um exame detalhado. De qualquer forma, parece bem difícil, diante desses dados, afirmar que existe um único modo de organizar a globalização e que a parte que cabe ao 1% mais rico deve ser necessária e exatamente de 27% (contra 12% aos 50% mais pobres), nem mais, nem menos. A globalização expõe deformações consideráveis da distribuição, as quais não podem ser ignoradas a pretexto de que só o crescimento total importa. O debate sobre as alternativas e as escolhas institucionais e políticas passíveis de afetar essa distribuição do crescimento mundial precisa ocorrer de um jeito ou de outro.

Da justificação da desigualdade extrema

Veremos também que as maiores fortunas mundiais sofreram, dos anos 1980 para cá, progressões ainda mais acentuadas do que as altas rendas mundiais representadas no Gráfico I.5. Constata-se, assim, em todas as partes do mundo, um aumento extremamente rápido dos maiores patrimônios, sejam eles os dos oligarcas russos ou dos magnatas mexicanos, dos bilionários chineses ou dos financistas indonésios, dos proprietários sauditas ou dos ricos americanos, dos empresários indianos ou dos acionistas europeus. Observam-se progressões em ritmos muito mais acelerados do que o crescimento da economia mundial, da ordem de três, quatro vezes mais rápidos do que o crescimento mundial no período 1980-2018. Tal fenômeno não pode, por definição, perpetuar-se de forma indefinida, a não ser que se aceite a ideia de que a participação dos bilionários no total dos patrimônios mundiais chegue aos poucos aos 100%, uma perspectiva dificilmente defensável. Tal discrepância, no entanto, perpetuou-se na década seguinte à crise financeira de 2008 praticamente no mesmo passo que no período 1990-2008, o que sugere que estamos diante de uma evolução estrutural de grande magnitude de que talvez estejamos longe de ver o fim.¹¹

Perante evoluções tão espetaculares, os discursos que justificam a desigualdade patrimonial extrema costumam oscilar entre posturas distintas, assumindo, por vezes, formas surpreendentes. Nos países ocidentais, é comum fazer-se uma clara distinção entre, de um lado, os “oligarcas” russos, os bilionários do petróleo do Oriente Médio e outros bilionários chineses, mexicanos, guineenses, indianos e indonésios, que muitas vezes são vistos como não “merecedores” de suas fortunas, supostamente obtidas graças a ligações com os poderes estatais (apropriação indevida de recursos naturais ou diversas concessões, por exemplo), e não úteis para o crescimento; e, de outro lado, os “empreendedores” europeus e americanos, californianos de preferência, dos quais é de bom tom cantar as loas e as infinitas contribuições para o bem-estar mundial e achar que deveriam ser ainda mais ricos caso o mundo soubesse recompensá-los como merecem. Talvez até devêssemos estender a imensa dívida moral que temos para com eles numa dívida financeira corrente e sonante, ou então lhes ceder nosso direito de voto, o que, aliás, não está longe de já ser o caso em muitos países. Esse regime de justificação das desigualdades, que se quer

hipermeritocrático e centrado no Ocidente, ilustra bem a necessidade irreprimível que as sociedades humanas têm de dar sentido às suas desigualdades, às vezes para além do razoável. De fato, esse discurso de quase beatificação da fortuna não é isento de contradições, algumas delas abissais. Será mesmo que temos certeza de que Bill Gates e os demais tecnobilionários teriam conseguido desenvolver seus negócios não fossem as centenas de bilhões de dinheiro público investidos há décadas em formação e pesquisa fundamental e acreditamos de verdade que seu poder de quase monopólio comercial e patenteamento privado de conhecimentos públicos poderia ter prosperado sem o apoio ativo do sistema jurídico e tributário vigentes?

É esse o motivo por que a justificação das desigualdades extremas passa muitas vezes por um discurso menos grandiloquente, que enfatiza sobretudo a necessidade de estabilidade patrimonial e de proteção do direito de propriedade. Em outras palavras, a desigualdade das fortunas pode não ser totalmente justa e nem sempre útil, ainda mais nas proporções observadas, incluindo na Califórnia, mas questioná-la poderia desencadear uma escalada sem fim de que os mais pobres, e a sociedade como um todo, acabariam por pagar a conta. Esse argumento proprietarista — ancorado na necessidade de estabilidade sociopolítica e de garantia absoluta (e, às vezes, quase religiosa) dos direitos de propriedade adquiridos no passado — já tinha um papel central na justificação das fortes desigualdades que caracterizavam as sociedades de proprietários que prosperaram na Europa e nos Estados Unidos no século XIX e início do XX. Esse eterno argumento da estabilidade também se encontra na justificação das sociedades trifuncionais e escravocrata. A isso acrescenta-se hoje o discurso da presumida ineficiência do Estado e da agilidade supostamente superior da filantropia privada, um argumento que já existia nos períodos anteriores, mas assumiu nova dimensão na era contemporânea. Esses diferentes discursos são legítimos e, até certo ponto, devem ser ouvidos, mas vou tentar demonstrar que eles podem ser superados se nos fundamentarmos nas lições da história.

Aprender com a história, aprender com o século XX

De modo geral, veremos neste livro que, para analisar as evoluções em curso no final do século XX e neste início do XXI e, principalmente, para tirar lições para o futuro, é preciso ressituar a história dos regimes e ideologias desigualitários sob uma perspectiva histórica e comparativa de longa duração. O regime desigualitário atual, que podemos qualificar de neoproprietarista, traz em si os vestígios de todos os regimes anteriores. Só poderá ser analisado da forma correta se começarmos por examinar como as antigas sociedades trifuncionais (fundadas na estrutura ternária clero-nobreza-terceiro estado) se transformaram em sociedades de proprietários nos séculos XVIII e XIX e como essas últimas ruíram no decurso do século XX por força dos desafios comunistas e social-democratas, das guerras mundiais e das independências, que puseram fim a vários séculos de dominação colonial. Toda sociedade humana precisa dar sentido às suas próprias desigualdades, e as justificações do passado, quando estudadas de perto, nem sempre são mais absurdas do que as do presente. Ao analisar cada uma delas em seu desenrolar histórico concreto e

ao colocar a tônica na multiplicidade das trajetórias e bifurcações possíveis, é que poderemos pôr em perspectiva o regime desigualitário atual e pensar as condições de sua transformação.

Daremos uma atenção especial à queda das sociedades proprietaristas e coloniais do século XX, queda essa que foi acompanhada de uma transformação radical da estrutura das desigualdades e do seu esquema justificativo e da qual o mundo atual descende diretamente. Os países da Europa Ocidental, a começar por França, Reino Unido e Alemanha, que às vésperas da Primeira Guerra Mundial eram mais desigualitários do que os Estados Unidos, tornaram-se menos desigualitários no decorrer do século XX, primeiro porque a compressão das desigualdades acarretada pelos choques dos anos 1914-1945 foi mais intensa neles e depois porque o aumento das desigualdades foi menos acentuado neles do que nos Estados Unidos a partir dos anos 1980 (ver o Gráfico I.6).¹² Veremos que a forte compressão das desigualdades ocorrida entre 1914 e os anos 1950 e 1960 se explica, na Europa, como nos Estados Unidos, por um conjunto de transformações do sistema jurídico, social e tributário, cujo desenrolar foi de fato intensamente acelerado pelas guerras de 1914-1918 e 1939-1945, pela revolução bolchevique de 1917 e pela crise de 1929, mas que, em certa medida, estavam em gestação intelectual e política desde o final do século XIX, sendo lícito supor que teriam ocorrido de qualquer maneira, de outra forma, ao sabor de outras crises. A confluência entre evoluções intelectuais e lógicas factuais é que produz a mudança histórica: elas nada podem umas sem as outras. Ainda vamos nos deparar com essa lição muitas vezes, quando analisarmos os acontecimentos da Revolução Francesa e as transformações da estrutura das desigualdades na Índia desde a época colonial, por exemplo.

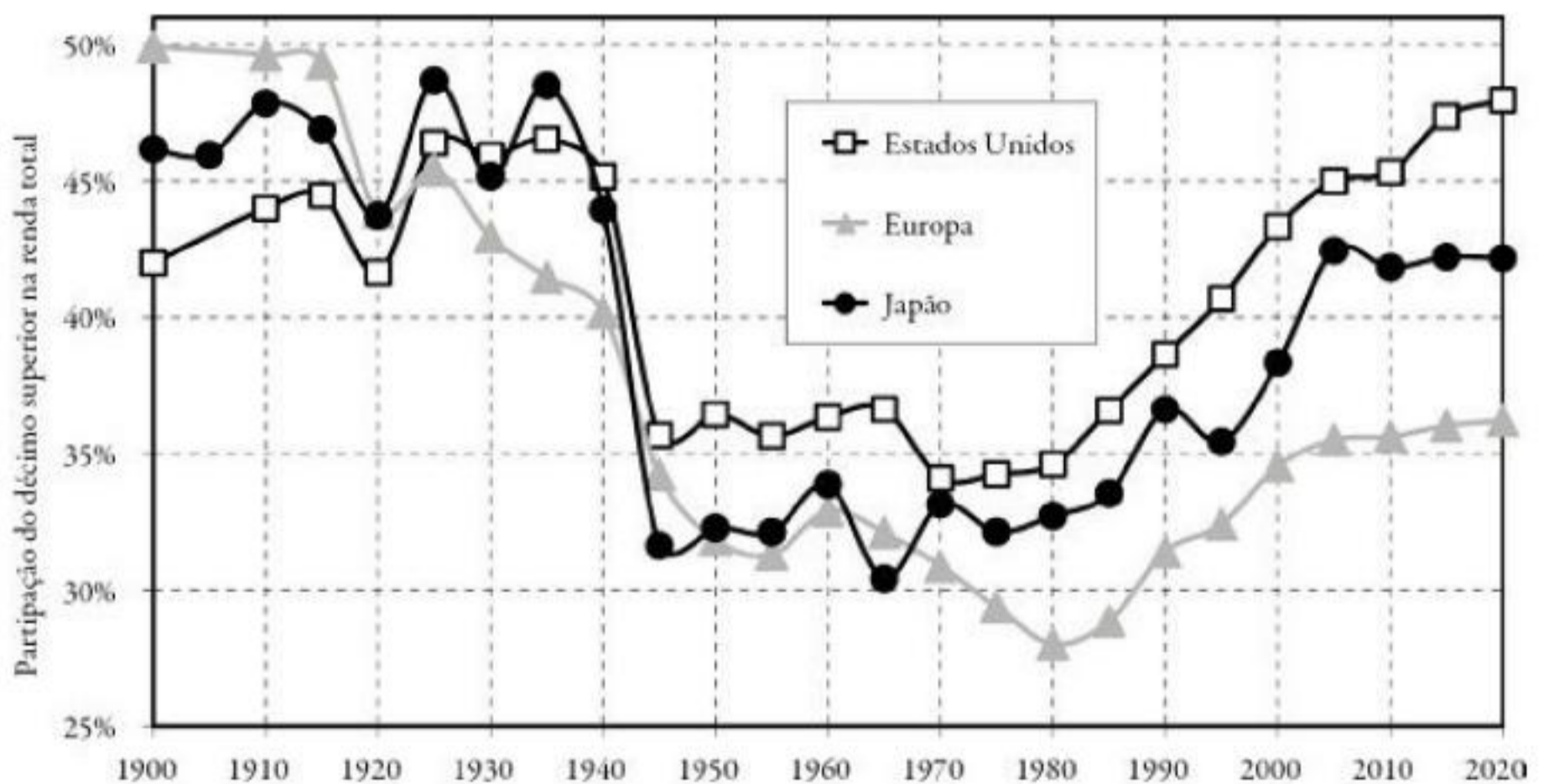


GRÁFICO I.6. As desigualdades de 1900 a 2020: Europa, Estados Unidos e Japão

A participação do décimo superior (os 10% das rendas mais altas) na renda nacional total era de cerca de 50% na Europa Ocidental em 1900-1910, antes de baixar para cerca de 30% em 1950-1980, e tornar a subir acima de 35% em 2010-2020. O aumento das desigualdades foi muito mais intenso nos Estados Unidos, onde a participação do décimo superior se aproxima de 50% em 2010-2020, ultrapassando o índice de 1900-

1910. O Japão se encontra numa situação intermediária entre a Europa e os Estados Unidos.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Entre as transformações jurídicas, fiscais e sociais implementadas ao longo do século XX para reduzir as desigualdades figura, sobretudo, o desenvolvimento em grande escala de um sistema de imposto progressivo sobre a renda e os patrimônios herdados, ou seja, de um sistema tributário em que as alíquotas incidem bem mais pesadamente sobre as rendas e os patrimônios mais altos do que sobre as rendas e os patrimônios mais baixos. Essa invenção da moderna progressividade tributária de grande amplitude se deu, principalmente, nos Estados Unidos, que à época da Era Dourada (1865-1900) e das grandes acumulações industriais e financeiras do início do século XX tinham um forte receio de virem a se tornar tão desigualitários quanto a velha Europa, então vista como oligárquica e contrária ao espírito democrático americano. Essa invenção também foi obra do Reino Unido, que não conheceu destruições patrimoniais como as sofridas pela França e pela Alemanha entre 1914 e 1945, mas que, num quadro político mais pacificado, tratou de dar as costas ao seu pesado passado desigualitário, aristocrático e proprietarista, por meio, notadamente, do imposto progressivo sobre as rendas e heranças.

No que tange ao imposto sobre a renda, constata-se, por exemplo, que a alíquota máxima, isto é, a alíquota aplicada às rendas mais altas, alcançou 81% em média nos Estados Unidos entre 1932 e 1980, ou seja, durante quase meio século, e 89% no Reino Unido, contra “apenas” 58% na Alemanha e 60% na França (ver o Gráfico I.7).¹³ Vale ressaltar que essas alíquotas não incluem os demais impostos (sobre o consumo, por exemplo) nem, no caso dos Estados Unidos, os impostos sobre a renda dos Estados federados (que, na prática, são da ordem de 5% a 10% e se somam às taxas do imposto federal). Manifestamente, essas alíquotas superiores a 80% aplicadas durante meio século não parecem ter causado a destruição do capitalismo americano, muito pelo contrário.

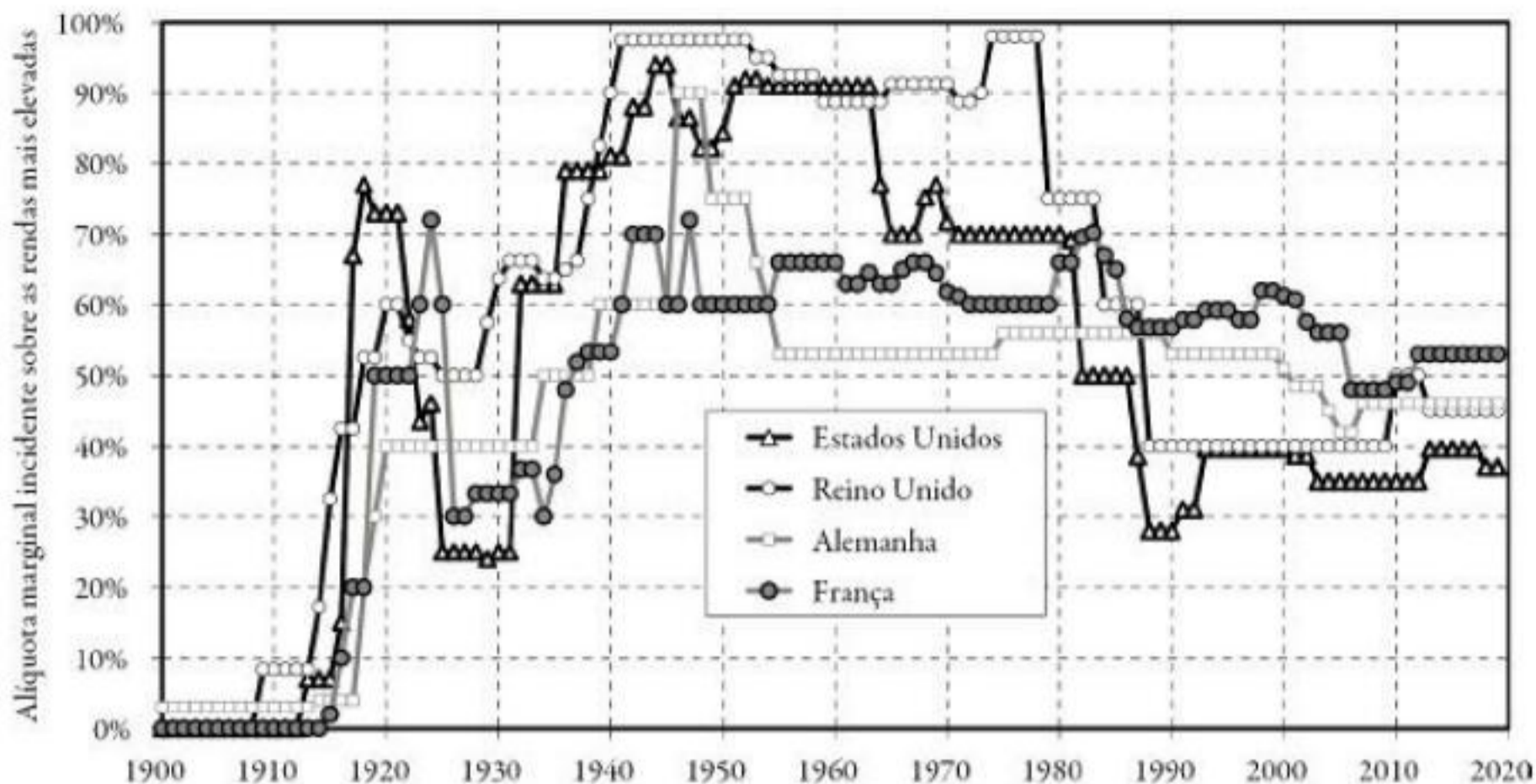


GRÁFICO I.7. A alíquota máxima do imposto sobre a renda, 1900-2020

A alíquota marginal máxima do imposto sobre a renda (incidente sobre as rendas mais altas) era em média de 23% nos Estados Unidos de 1900 a 1932, de 81% entre 1932 e 1980 e de 39% entre 1980 e 2018. Nos mesmos períodos, a alíquota máxima era de 30%, 89% e 46% no Reino Unido, de 18%, 58% e 50% na Alemanha e de 23%, 60% e 57% na França. A escala de progressividade foi mais alta no meio do século, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Veremos que essa forte progressividade tributária contribuiu largamente para reduzir as desigualdades no século XX e analisaremos em detalhe a forma como ela foi questionada nos anos 1980, em especial nos Estados Unidos e Reino Unido, e as lições que podem ser tiradas dessas diferentes experiências históricas e trajetórias nacionais. Para os republicanos americanos liderados por Ronald Reagan, bem como para os conservadores britânicos dirigidos por Margareth Thatcher, ambos alçados ao poder pelas eleições de 1979-1980, a espetacular redução da progressividade tributária constituiu a medida mais emblemática do que então se denominou de “revolução conservadora”. Essa guinada político-ideológica dos anos 1980 teve um impacto considerável na evolução da progressividade tributária e das desigualdades não apenas nesses dois países, mas também a nível mundial, sobretudo por tal guinada nunca ter sido verdadeiramente questionada pelos governos e movimentos políticos que desde então se sucederam nessas duas nações. Nos Estados Unidos a alíquota máxima do imposto federal sobre a renda tem flutuado em torno de 30%-40% desde o final dos anos 1980; no Reino Unido, a alíquota máxima oscilou em torno de 40%-45% com, talvez, uma ligeira tendência à alta a partir da crise de 2008. Nos dois casos, os níveis observados no período 1980-2018 situam-se, *grosso modo*, duas vezes mais abaixo dos aplicados nos anos 1932-1980, ou seja, em torno de 40% e não mais de 80% (ver o Gráfico I.7).

Aos olhos dos promotores e defensores dessa guinada, essa redução espetacular da

progressividade tributária se justificava pela ideia de que as alíquotas tributárias máximas tinham atingido níveis exorbitantes nos dois países entre 1950 e 1980. De acordo com alguns discursos, elas teriam inclusive debilitado os empresários anglo-saxões, contribuindo assim para a convergência dos países da Europa continental e do Japão (um tema muito presente nas campanhas eleitorais americanas e britânicas dos anos 1970 e 1980). Com o distanciamento de que dispomos hoje, passadas mais de três décadas, parece-me que essa tese resiste muito mal ao teste dos fatos e que a questão como um todo merece ser reexaminada. A convergência dos anos 1950-1980 pode ser explicada por vários outros fatores, a começar pelo fato de que Alemanha, França, Suécia e Japão apresentavam em 1950 um forte atraso no crescimento em relação aos países anglo-saxões (principalmente aos Estados Unidos), por isso era quase inevitável que eles crescessem mais depressa nas décadas seguintes. Além disso, o forte crescimento desses países pode ter sido favorecido por certo número de fatores institucionais, em especial as políticas educacionais e sociais relativamente ambiciosas e igualitárias implementadas por esses países após a Segunda Guerra Mundial que permitiram uma convergência educacional particularmente rápida em relação aos Estados Unidos e uma clara superação em relação ao Reino Unido, o qual, desde fins do século XIX, vinha registrando um atraso histórico cada vez mais acentuado em termos de formação, que o país nunca de fato enfrentou como poderia. Cabe ressaltar, de resto, que o aumento da produtividade nos Estados Unidos e no Reino Unido foi, na verdade, sensivelmente mais elevado no período 1950-1990 do que nos anos 1990-2020, o que lança sérias dúvidas sobre as virtudes dinamizadoras da redução das alíquotas tributárias máximas.

É permitido supor, diante disso, que a redução da progressividade tributária determinada nos anos 1980 contribuiu, acima de tudo, para a alta sem precedentes das desigualdades observada nos Estados Unidos e no Reino Unido no período 1980-2018, para a queda brutal da parcela da renda nacional apropriada pelas rendas mais baixas e, possivelmente, para o aumento de um sentimento de abandono entre as classes médias e populares e das atitudes de recuo identitário e xenófobo que se manifestaram de forma tão brutal nesses dois países em 2016-2017 no referendo sobre a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit) e na eleição de Donald Trump. Seja como for, essas experiências podem ser utilizadas para repensar formas mais ambiciosas de progressividade tributária para o século XXI, tanto para a renda quanto para o patrimônio, e tanto para os países ricos quanto para os países pobres, os quais foram as primeiras vítimas da concorrência fiscal e da falta de transparência financeira. A livre circulação de capitais sem controle e sem troca de informações entre administrações fiscais foi um dos principais vetores de perpetuação e expansão internacional da revolução fiscal conservadora dos anos 1980-1990. Ela teve um impacto extremamente negativo no processo de construção do Estado e de um sistema tributário legítimo em todo o planeta. Na verdade, teremos de questionar também, e sobretudo, a incapacidade das coalizões social-democratas do pós-guerra em reagir a tais desafios, em especial sua incapacidade de estender a problemática da progressividade tributária à escala transnacional e à noção de propriedade privada temporária (que é no que redundaria, de fato, um imposto progressivo o suficiente incidindo sobre os maiores detentores de riqueza, os quais, dessa forma, teriam de

devolver todo ano à comunidade uma fração significativa de suas propriedades). Essa limitação programática, intelectual e ideológica é uma das razões que explicam o esgotamento do movimento histórico no sentido da igualdade e o fenômeno do aumento das desigualdades.

Da glaciação ideológica e das novas desigualdades educacionais

Para compreender por completo o conjunto das evoluções em questão será preciso analisar, além disso, as transformações político-ideológicas de outras instituições políticas e sociais que permitem a redução e a regulação das desigualdades. Isso envolve principalmente a questão da distribuição do poder econômico e a da participação dos assalariados nas instâncias decisórias e nas estratégias das empresas, para a qual vários países (como Alemanha e Suécia) vêm desenvolvendo, desde os anos 1950, soluções inovadoras que não foram com efeito generalizadas e aprofundadas até recentemente. As razões para isso se devem decerto à diversidade das trajetórias político-ideológicas próprias de cada país — os trabalhistas britânicos e socialistas franceses tendo privilegiado, por exemplo, até os anos 1980, um programa centrado nas estatizações, até abandonarem de repente qualquer perspectiva nesse sentido após a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo. Entretanto, também se explicam pela inexistência generalizada de uma reflexão suficiente sobre a superação da propriedade puramente privada.

De fato, a Guerra Fria não produziu apenas o efeito que se conhece sobre o sistema de relações internacionais. Em muitos aspectos, contribuiu também para uma glaciação da reflexão sobre a superação do capitalismo, algo que a euforia anticomunista subsequente à queda do Muro de Berlim não fez mais que reforçar até praticamente a “grande recessão” de 2008. Portanto, só há muito pouco tempo as reflexões para uma melhor incorporação social das forças econômicas retomaram de fato o seu curso.

O mesmo se pode dizer quanto à questão crucial do investimento educacional e do acesso à formação. O aspecto que mais impressiona no aumento das desigualdades nos Estados Unidos é a redução brutal da participação dos 50% mais pobres na renda total, que passou de cerca de 20% em 1980 para não mais do que 12% em 2018. Uma queda tão acentuada partindo de um patamar que já não era muito elevado só pode ser explicada pela soma de vários fatores, a começar pela evolução das regras sociais e salariais (como a forte baixa do salário mínimo federal real de 1980 para cá) e pelas fortíssimas desigualdades de acesso à educação. Desse ponto de vista, é impressionante constatar a que ponto, nos Estados Unidos, as oportunidades de acesso à universidade são determinadas pela renda dos pais. Assim, por meio do cotejo das informações sobre os estudantes com as declarações de renda dos pais, os pesquisadores puderam demonstrar que a probabilidade de acesso ao ensino superior (incluindo aos cursos breves de dois anos) era, nos anos 2010, de pouco mais de 20% entre os 10% de jovens adultos com renda parental mais baixa e passava quase que linearmente para mais de 90% entre os jovens adultos com renda parental mais alta (ver o Gráfico I.8).¹⁴ E vale especificar que, mesmo havendo acesso, os dois grupos não têm direito a um ensino superior igual. A concentração do investimento educacional e

dos financiamentos nos cursos de elite é particularmente extrema nos Estados Unidos, sem falar na forte opacidade dos processos de admissão e na quase inexistência de regulação pública.

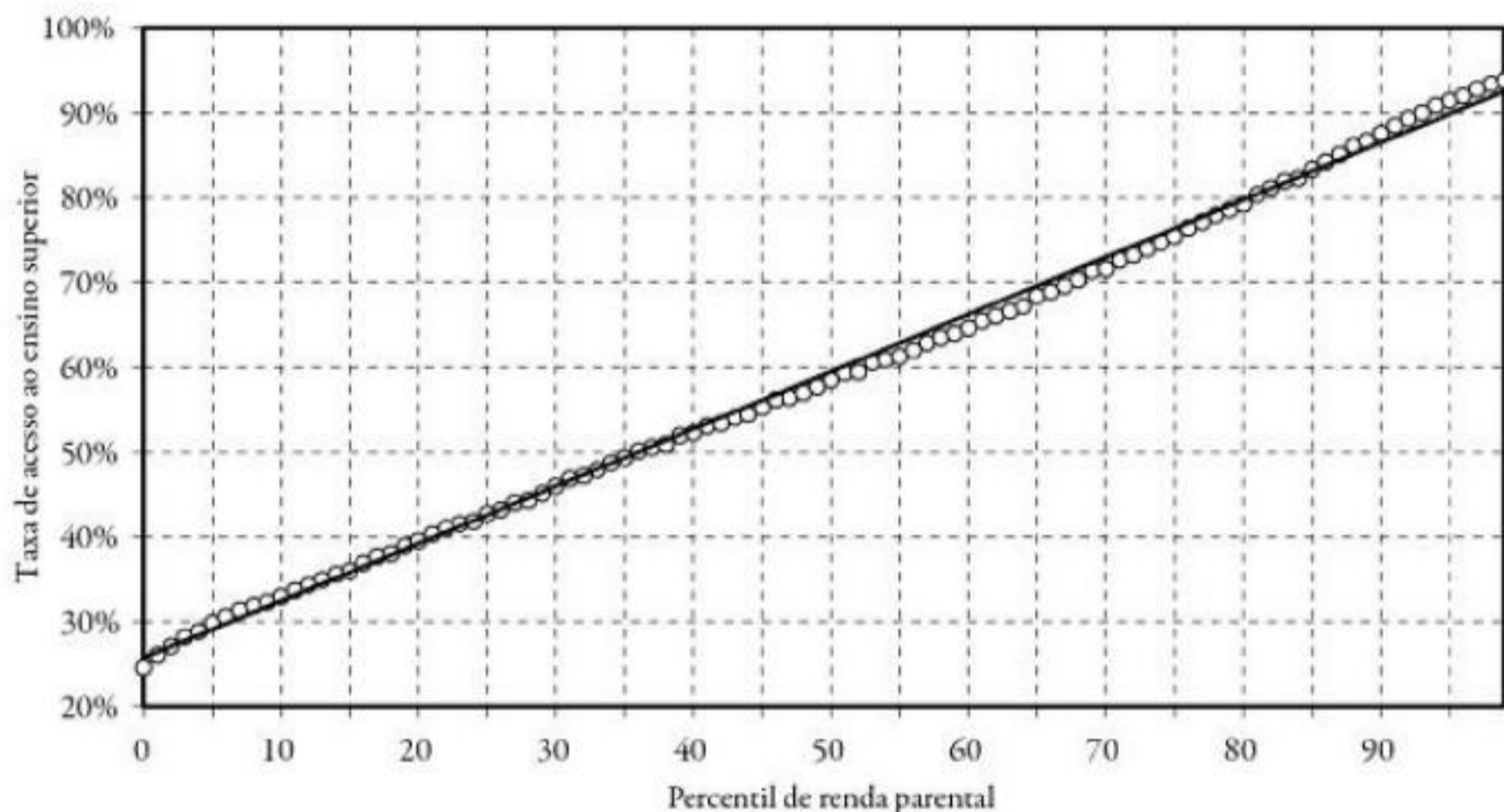


GRÁFICO 1.8. Renda parental e acesso à universidade: Estados Unidos, 2014

Em 2014, a taxa de acesso ao ensino superior (percentual de pessoas com idade de 19 a 21 anos matriculadas numa universidade, faculdade ou outro estabelecimento de ensino superior) nos Estados Unidos mal chegava a 30% no caso dos filhos dos 10% mais pobres, sendo de mais de 90% no dos filhos dos 10% mais ricos.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Esses resultados impressionam porque ilustram o abismo imenso às vezes existente entre as declarações meritocráticas oficiais (que ressaltam à exaustão a importância da igualdade de oportunidades, pelo menos no nível teórico e retórico) e as realidades com que se deparam as classes mais desfavorecidas em termos de acesso à formação. Veremos que as desigualdades de acesso e de financiamento da educação são um pouco menos extremas na Europa e no Japão, o que talvez ajude a explicar a maior disparidade entre as rendas altas e baixas observada nos Estados Unidos. Ainda assim, a questão das desigualdades de investimento em educação e a falta de transparência democrática a esse respeito são um problema que concerne a todos os países e está entre os maiores fracassos social-democratas, junto com os que envolvem a redefinição da propriedade.

O retorno das elites múltiplas e as dificuldades de uma coalizão igualitária

De forma mais geral, tentaremos compreender neste livro sob que condições coalizões políticas

igualitárias conseguiram se formar em meados do século XX para reduzir as desigualdades oriundas do passado, por que elas chegaram ao fim e sob que condições novas coalizões igualitárias poderiam emergir neste início do século XXI.

Antes de tudo, é preciso salientar que as coalizões redistributivas de tipo social-democrata (no sentido amplo do termo) que se impuseram em meados do século XX tinham uma dimensão não apenas eleitoral, institucional e partidária, mas, sobretudo, intelectual e ideológica. Em outras palavras, é principalmente no terreno das ideias que as lutas foram travadas e vencidas. Sem dúvida, foi essencial que essas coalizões também tenham se encarnado em partidos e eleições específicas, fosse num partido autêntica e explicitamente “social-democrata” — como o SAP na Suécia ou o SPD na Alemanha, que assumiram responsabilidades importantes a partir dos anos 1920-1930¹⁵ — ou na forma do Labour Party no Reino Unido (que obteve maioria absoluta das cadeiras nas eleições históricas de 1945), do Partido Democrata nos Estados Unidos (no poder de 1932 a 1952 sob Roosevelt e depois Truman) ou, ainda, na forma de diversas alianças social-comunistas na França (no poder em 1936 e em 1945) e em vários outros países. Entretanto, para além dessas formas específicas, o fato é que a verdadeira tomada de poder foi, acima de tudo, ideológica e intelectual. Eram coalizões de ideias fundadas em programas de redução das desigualdades e em alterações profundas do sistema jurídico, tributário e social, que terminaram por se impor ao conjunto das forças políticas no decorrer do período 1930-1980, incluindo os partidos situados mais à direita no tabuleiro político da época. Tal mudança se apoiou, naturalmente, em estratégias de mobilização implementadas pelos partidos social-democratas (no sentido amplo), mas, de forma mais genérica, na participação de amplas parcelas do organismo social (sindicatos, militantes, meios de comunicação e intelectuais) e numa transformação global da ideologia dominante que, ao longo de todo o século XIX e até início do século XX, se fundava no dogma quase religioso do mercado, da desigualdade e da propriedade.

O fator mais relevante para a emergência de tais coalizões de ideias e dessa nova visão do papel do Estado foi a perda de legitimidade do sistema de propriedade privada e livre concorrência, de início gradual, no século XIX e começo do XX, devido às imensas concentrações de riqueza geradas pelo crescimento industrial e aos sentimentos de injustiça despertados por essas evoluções, e aceleradamente depois das guerras mundiais e da crise dos anos 1930. A existência de um contramodelo comunista na União Soviética também teve um papel essencial para, de um lado, impor uma agenda redistributiva ambiciosa a atores e partidos conservadores que muitas vezes não a queriam e, de outro, para acelerar o processo de descolonização nos impérios coloniais europeus e de extensão dos direitos civis nos Estados Unidos.

Ora, ao examinarmos a evolução da estrutura dos eleitorados social-democratas (no sentido amplo) desde 1945, é impressionante constatar a que ponto sua transformação se deu tanto na Europa quanto nos Estados Unidos em circunstâncias relativamente similares, o que *a priori* não teria nada de evidente, considerando-se as origens históricas muito distintas dos sistemas partidários dos dois lados do Atlântico. Nos anos 1950-1970, a votação no Partido Democrata nos Estados Unidos foi particularmente alta entre os eleitores com menor escolaridade e

dispondo de rendas e patrimônios menores (enquanto, em contrapartida, a votação no Partido Republicano foi mais significativa entre os de escolaridade maior e as rendas e os patrimônios mais altos). A mesma estrutura é encontrada na França, em proporções quase idênticas: nos anos 1950-1970, os partidos socialistas, comunistas e radicais atraíam mais votos entre as pessoas com menos escolaridade e entre as rendas e os patrimônios mais modestos (com o inverso ocorrendo com os partidos de centro direita e direita de diversas tendências). Essa estrutura eleitoral começou a mudar no final dos anos 1960 e decorrer dos anos 1970, sendo que se verifica, a partir dos anos 1980-2000, uma estrutura sensivelmente distinta daquela dos anos 1950-1970, e, mais uma vez, de forma quase idêntica nos Estados Unidos e na França: tanto o voto democrata quanto o socialista-comunista tornaram-se mais elevados entre os eleitores com mais escolaridade, enquanto permaneceu menor entre as rendas mais altas. No entanto, isso só poderia durar por um tempo: nas eleições presidenciais americanas de 2016, pela primeira vez, não só os de maior escolaridade mas também os com rendas mais altas preferiram votar nos democratas, e não nos republicanos, daí uma total reviravolta da estrutura social da votação em comparação com os anos 1950-1970 (ver o Gráfico I.9).



GRÁFICO I.9. A transformação do conflito político e eleitoral, 1945-2020:

emergência de um sistema de elites múltiplas ou grande reviravolta?

Nos anos 1950-1970, o voto no Partido Democrata nos Estados Unidos e nos partidos de esquerda (socialistas, comunistas, radicais e ecologistas) na França era associado aos eleitores com níveis de escolaridade e de renda menores; nos anos 1980-2000, passou a ser associado aos eleitores com mais escolaridade; nos anos 2010-2020, está em vias de também ser associado aos eleitores que detêm as rendas mais elevadas (em especial, nos Estados Unidos).

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Em outras palavras, a decomposição da estrutura direita-esquerda do pós-guerra sobre a qual se

apoiara a redução das desigualdades em meados do século XX — e que as eleições realizadas nos Estados Unidos e na França em 2016-2017 mostram quanto estava avançada — é um fenômeno que vem de longe e só pode ser apreendido de forma correta mediante uma vasta recolocação em perspectiva.

Veremos, além disso, que transformações semelhantes são observadas no voto no Labour Party do Reino Unido e no dos sociais-democratas de diversas tendências na Europa.¹⁶ A votação social-democrata (no sentido amplo do termo) correspondia, nos anos 1950-1980, ao voto dos trabalhadores, mas tornou-se, a partir dos anos 1990-2010, o voto no partido dos diplomados no ensino superior. Veremos, porém, que os patrimônios mais altos ainda desconfiam dos partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas, incluindo no caso do voto no Partido Democrata nos Estados Unidos (embora cada vez menos, em ambos os casos). O ponto importante é que essas dimensões distintas das desigualdades sociais (escolaridade, renda e propriedade) sempre estiveram interligadas, mas de forma apenas parcial: tanto nos anos 1950-1980 quanto nos anos 2000-2020, encontram-se muitos indivíduos cuja posição na hierarquia da escolaridade é mais alta do que a da propriedade, e vice-versa.¹⁷ A grande mudança ocorrida relaciona-se à capacidade das organizações e coalizões políticas em questão para unir ou, ao contrário, contrapor essas diferentes dimensões da desigualdade social.

Na prática, nos anos 1950-1980, essas dimensões se achavam politicamente alinhadas: as pessoas que ocupavam as posições mais baixas na hierarquia social tendiam a votar no mesmo partido ou coalizão independentemente da dimensão considerada (escolaridade, renda e patrimônio), e o fato de alguém estar mal posicionado em diversas dimensões produzia efeitos cumulativos sobre seu voto. A estrutura do conflito político era “classista”, no sentido de que opunha as classes sociais mais modestas às classes sociais mais elevadas, a despeito da dimensão escolhida para definir a identidade de classe (identidade essa que, na prática, é sempre extremamente complexa e multidimensional, o que tende, justamente, a dificultar a formação de coalizões majoritárias).

Por outro lado, a partir dos anos 1980-2000 as diferentes dimensões da desigualdade social deixaram de estar alinhadas. A estrutura do conflito político corresponde ao que podemos descrever como um sistema “de elites múltiplas”: um partido ou coalizão atrai os votos dos mais escolarizados (a elite intelectual e cultural), ao passo que o outro partido ou coalizão angaria os votos dos patrimônios mais altos e, em certa medida, das rendas mais altas da elite mercantil e financeira). Entre as muitas dificuldades trazidas por essa situação, há claramente um forte risco de todas as pessoas que não possuem nem escolaridade, nem patrimônio, nem renda elevados se sentirem abandonadas diante de tal estrutura do conflito político. Isso pode explicar por que a participação eleitoral despencou nas últimas décadas entre os grupos sociais com nível mais baixo de escolaridade, renda e patrimônio, sendo que era equivalente à dos grupos mais abastados nos anos 1950-1970. Se quisermos compreender a ascensão do “populismo” (termo curinga empregado com frequência pelas elites para desqualificar movimentos políticos sobre os quais sentem não ter controle suficiente), vale começar pela análise desse avanço do “elitismo” nas

estruturas partidárias. Note-se, além disso, que esse sistema de elites múltiplas não é de todo desvinculado com o regime trifuncional antigo, fundado num certo equilíbrio entre as elites clericais e guerreiras, mesmo que as formas de legitimidade tenham, é claro, mudado.

Repensar a propriedade justa, a educação justa, a fronteira justa

Vamos tentar entender por completo as origens e implicações dessa mudança na estrutura das diferenças políticas e eleitorais a partir dos anos 1950-1970. Digamos, desde já, que se trata de uma evolução complexa, podendo ser duplamente analisada enquanto causa e consequência do aumento das desigualdades, e exigiria, para ser apreendida de forma totalmente satisfatória, muito mais estudos e materiais do que os que consegui reunir neste livro. Essa evolução pode ser vista, antes de tudo, como uma consequência da “revolução conservadora” dos anos 1980 e do movimento de desregulação social e financeira dela derivado, para o qual os sociais-democratas contribuíram muito por não terem pensado o suficiente um modelo alternativo de organização da economia-mundo e de superação do Estado-nação. Foi assim que os antigos partidos e coalizões social-democratas aos poucos abandonaram toda e qualquer grande ambição em termos de redistribuição e redução das desigualdades, em parte devido à concorrência fiscal crescente entre os países e à livre circulação de bens e capitais (que eles próprios ajudaram a estabelecer, sem contrapartida em termos de novas regras fiscais e sociais comuns), de tal forma que perderam o apoio dos eleitores menos favorecidos e passaram a centrar sua atenção nos de maior escolaridade, que foram os primeiros vitoriosos da globalização em curso.

Em contrapartida, pode-se considerar que foi o aumento das diferenças raciais e étnico-religiosas — primeiro nos Estados Unidos, na esteira do movimento dos direitos civis dos anos 1960, depois na Europa, quando os conflitos em torno das questões migratórias e pós-coloniais começaram a se acirrar nos anos 1980-1990, dando origem a fortes divisões nas classes populares — que levou à gradual desagregação da coalizão igualitária dos anos 1950-1980, com a evasão paulatina de parte das classes populares brancas ou autóctones para votações xenófobas e nativistas. De acordo com a primeira explicação, os sociais-democratas teriam abandonado as classes populares; mas, para a segunda, o contrário é que teria ocorrido.

Com certeza, cada uma dessas explicações possui sua parte de verdade, mas a análise das diversas trajetórias e cronologias sugere que ambas podem ser incluídas num mesmo fator: a incapacidade da coalizão igualitária social-democrata do pós-guerra em aprofundar e renovar seu programa e sua ideologia. Em vez de culpar a globalização liberal (que não surgiu do nada) ou o suposto racismo popular (que não é, em absoluto, mais espontâneo do que o das elites), é mais construtivo explicar essas evoluções pela ideologia e, nesse caso específico, pela fragilidade ideológica da coalizão igualitária.

Tal fragilidade diz respeito sobretudo à incapacidade de pensar e implementar a redistribuição e a progressividade tributária em escala transnacional, questão da qual os sociais-democratas se esquivaram muito à época do Estado-nação redistributivo triunfante do pós-guerra e da qual eles

não se apropriaram de fato até hoje, no âmbito da União Europeia em particular e, de forma mais geral, em nível mundial. Também diz respeito às dificuldades encontradas para incorporar à reflexão sobre a desigualdade social a questão da diversidade das origens, questão essa que, a bem da verdade, nunca se colocara efetivamente antes dos anos 1960-1970, uma vez que pessoas provenientes de origens continentais, raciais ou étnico-religiosas distintas pouco se cruzavam dentro das mesmas sociedades, a não ser pela via das relações interestatais e das dominações coloniais. No fundo, essas duas fragilidades levantam uma mesma questão: a da fronteira da comunidade humana a que nos vinculamos para organizar a vida coletiva, em particular para reduzir as desigualdades e erigir uma norma de igualdade aceitável para a maioria. O movimento geral de colocação em contato das diferentes partes do mundo, devido principalmente aos avanços das tecnologias de transporte e comunicação, obriga a rever de forma constante o quadro de ação e a considerar a questão da justiça social por um prisma explicitamente transnacional e mundial.

Além disso, veremos que o programa social-democrata nunca refletiu de verdade sobre as condições de uma propriedade justa depois do fracasso comunista. Os compromissos social-democratas do pós-guerra foram definidos às pressas, e as questões de imposto progressivo, de propriedade temporária e difusão da propriedade (através de uma dotação universal de capital, por exemplo, financiada por um imposto progressivo sobre a propriedade e heranças),** de compartilhamento do poder e propriedade social dentro das empresas (cogestão e autogestão), de democracia orçamentária e propriedade pública não foram analisadas e experimentadas de forma tão global e concatenada quanto poderiam ter sido. Em contrapartida, o fato de o ensino superior ter deixado de ser prerrogativa de uma pequena elite, o que é uma excelente evolução em si, alterou as condições de uma educação justa. À época em que o ensino era primário e secundário, existia um programa igualitário relativamente simples em matéria educacional: bastava alocar os recursos necessários para levar uma geração inteira à conclusão do primário e, depois, do secundário. No caso do ensino superior, a definição de um objetivo igualitário se tornou mais complexo. Ideologias supostamente fundadas na igualdade de oportunidades, mas que, na verdade, visavam sobretudo glorificar o mérito dos vencedores do sistema educacional, desenvolveram-se a passos largos e resultaram em distribuições particularmente hipócritas e desigualitárias das vagas e dos recursos (ver, anteriormente, o Gráfico I.8). A incapacidade dos sociais-democratas em convencer as classes desfavorecidas de que se importavam com seus filhos e sua educação tanto quanto se importavam com os próprios filhos e com os cursos de elite (o que não é de surpreender, já que eles nunca desenvolveram de fato uma política justa e transparente nessa matéria) decerto explica, em boa parte, por que eles se converteram no partido dos diplomados no ensino superior.

Na última parte deste livro, vou analisar, no que se refere a essas diferentes questões, as lições que podem ser tiradas das experiências históricas disponíveis e os dispositivos institucionais que permitem abordar as condições de uma propriedade justa, de uma educação justa e de uma fronteira justa. Tais conclusões devem ser tomadas por aquilo que são: umas poucas lições imperfeitas, frágeis e provisórias, que possibilitam traçar os contornos de um socialismo

participativo e de um social-federalismo fundado nas lições da história. Quero insistir, sobretudo, nisto que é um dos principais ensinamentos do relato histórico que se segue e constitui a principal trama da presente obra: as ideias e as ideologias são importantes na história, mas nada são sem o intermédio das lógicas factuais, dos experimentos históricos e institucionais concretos, além de, não raro, crises mais ou menos violentas. Um ponto parece certo: dada a profunda transformação da estrutura das diferenças políticas e eleitorais a partir dos anos 1950-1980, é pouco provável que uma nova coalizão igualitária possa emergir sem uma redefinição radical de suas bases programática, intelectual e ideológica.

A diversidade do mundo: a passagem indispensável pela longa duração

Antes de retomar o fio desse exame das evoluções recentes e do tempo presente, este livro vai começar por um longo desvio pela história dos regimes desigualitários. Em particular, teremos de estudar a transformação das antigas sociedades trifuncionais em sociedades de proprietários e de que modo o contato com as potências proprietaristas e coloniais europeias afetou a trajetória das sociedades extraeuropeias. Já esbocei as razões para essa passagem indispensável pela longa duração. Em primeiro lugar, ela nos permitirá avaliar a extensão da diversidade político-ideológica dos regimes desigualitários, bem como da multiplicidade de trajetórias e bifurcações possíveis. Ao longo da história, as diferentes sociedades humanas deram mostras de grande criatividade no sentido de estruturar ideológica e institucionalmente as desigualdades sociais, e seria um grande equívoco ver nessas construções intelectuais e políticas um mero véu hipócrita e irrelevante que possibilita às elites justificar sua dominação imutável. Essas construções refletem lutas e visões contraditórias que têm, até certo ponto, um fundo de sinceridade e plausibilidade e das quais é possível tirar ensinamentos úteis. A questão da organização ideal de uma sociedade de grande porte é tudo menos simples, e não basta denunciar o regime vigente para garantir que o que virá a substituí-lo será mais satisfatório. É preciso levar a sério as construções ideológicas do passado, primeiro porque elas nem sempre são mais absurdas do que as atuais e também porque dispomos, para analisá-las, de um recuo e possibilidades de distanciamento que não raro nos faltam no que se refere ao tempo presente. Será visto também que muitos debates eminentemente contemporâneos possuem raízes antigas, como se vê no caso das discussões sobre o imposto progressivo e a redistribuição das propriedades durante a Revolução Francesa. O estudo dessa genealogia é necessário para que compreendamos melhor os conflitos por vir e as soluções passíveis de serem consideradas.

Acima de tudo, esse longo desvio pela história é indispensável porque o contato entre as diferentes partes do mundo foi um processo muito paulatino. Durante séculos, as múltiplas sociedades do planeta mantiveram apenas pouquíssimos laços entre si. E então, aos poucos, foram se estabelecendo os contatos, através de trocas intelectuais e comerciais ou por meio das relações de força interestatais e relações de dominação colonial. Só depois da descolonização e das independências e, de certa forma, depois do fim da Guerra Fria, é que as diferentes regiões do

mundo se conectaram de fato umas com as outras, não só no âmbito dos fluxos econômicos e financeiros, como também, e principalmente, no sentido das trocas humanas e culturais. Em muitos países, nas sociedades europeias, por exemplo, não havia quase nenhum contato direto entre as populações de origens continentais e religiosas distintas antes dos anos 1960-1970. Essas relações começaram a ganhar nova amplitude com os fluxos migratórios pós-coloniais e tiveram um impacto considerável sobre a evolução da estrutura do conflito ideológico e eleitoral na Europa. Outras partes do mundo, como Índia e Estados Unidos, por exemplo, ou Brasil e África do Sul, têm experiências mais antigas de contato, num mesmo solo, entre populações que se percebiam radicalmente distintas entre si, por motivos raciais, sociais ou religiosos, o que culminou em trajetórias diversas, pontuadas a um só tempo por mestiçagens, compromissos e antagonismos por vezes persistentes. Somente uma ampla recolocação em perspectiva histórica dessas interações e dos regimes desigualitários que delas resultaram permite passar para as etapas seguintes dessa longa história comum e conectada.

Da complementariedade da linguagem natural e da linguagem matemática

Antes de prosseguir nessa pesquisa, eu gostaria de enfim esclarecer um aspecto metodológico. Este livro vai lançar mão sobretudo da linguagem natural (que, aliás, não tem nada de particularmente natural, nem no caso da língua francesa em que o escrevo, nem no das demais) e, a título complementar, da linguagem matemática e estatística. Vou recorrer com frequência, por exemplo, às noções de décimo e centésimo para medir a desigualdade de renda ou propriedade e a hierarquia da escolaridade. Ao fazer isso, minha intenção não é substituir a guerra de classes pela guerra de decis. As identidades sociais são, e sempre serão, flexíveis e multidimensionais, e é pelo uso da linguagem natural que os grupos sociais das diferentes sociedades podem encontrar os recursos linguísticos capazes de designar as profissões e os ofícios, os ativos e as qualificações, as expectativas e experiências com as quais se identificam. Nada jamais poderá substituir a linguagem natural quer para expressar as identidades sociais e as ideologias políticas, quer para estruturar a pesquisa em ciências sociais e a reflexão sobre a sociedade justa. Está perdendo seu tempo quem espera que possamos um dia delegar a uma fórmula matemática, a um algoritmo ou a um modelo econométrico o cuidado de escolher o nível “socialmente ótimo” de desigualdade e as instituições capazes conduzir a ele. Isso nunca vai acontecer, e é melhor que seja assim. Somente a deliberação aberta e democrática, formulada em linguagem natural (ou melhor, nas diferentes linguagens naturais, o que não é um mero detalhe), pode oferecer as nuances e sutilezas necessárias para se considerar semelhantes escolhas.

Ainda assim, o uso da linguagem matemática, de séries estatísticas, gráficos e tabelas tem um lugar importante neste livro, além de cumprir um papel essencial na deliberação política e na mudança histórica. Vale repetir: como toda estatística, as séries históricas e outras avaliações quantitativas apresentadas neste livro não passam de construções sociais imperfeitas, provisórias e frágeis. Não têm por objetivo estabelecer “a” verdade dos números ou a certeza dos “fatos”. Do

meu ponto de vista, as estatísticas visam, antes de mais nada, desenvolver uma linguagem que possibilita estabelecer ordens de grandeza e, sobretudo, comparar da forma mais sensata possível épocas, sociedades e culturas que se consideram muito distantes umas das outras e que, por natureza, jamais poderão ser perfeitamente comparadas entre si. De modo que, para além da unicidade absoluta e da especificidade radical de cada sociedade, pode ser legítimo tentar comparar, por exemplo, a concentração da propriedade em vigor nos Estados Unidos em 2018 com a da França de 1914 ou a do Reino Unido de 1800.

As condições para o exercício do direito de propriedade com certeza não são as mesmas nesses três casos. Os sistemas jurídicos, fiscais e sociais diferem de inúmeras maneiras, e as categorias de ativos detidos (terrenos, imóveis urbanos, ativos financeiros, bens imateriais etc.) são, elas próprias, muito distintas. Ainda assim, se estivermos cientes de todas essas especificidades e da sua importância e se tivermos sempre em mente as circunstâncias sociais e políticas da construção das fontes de que dispomos, pode fazer sentido tecer esse tipo de comparação estimando, por exemplo, a parcela do total das propriedades detidas pelos 10% mais ricos e os 50% mais pobres nessas diferentes sociedades. Recorrer a dados estatísticos na pesquisa histórica também é a melhor maneira de medir a extensão de nossa ignorância. O fato de incluir números logo chama outros números, que, na maioria das vezes, não se acham disponíveis, algo que é importante dizer e constatar de forma explícita. Isso leva a especificar as comparações que podem ser feitas e as que não podem. Na prática, há comparações que fazem sentido, incluindo entre sociedades que se consideram excepcionais e radicalmente distintas umas das outras e não raro se recusam a aprender umas com as outras. Um dos principais objetivos da pesquisa em ciências sociais é identificar essas comparações, sempre indicando com clareza aquelas que não podem ser feitas.

Essas comparações são úteis porque podem ajudar a tirar lições das experiências políticas e trajetórias históricas distintas, a analisar os efeitos do sistema jurídico ou tributário, a erigir normas comuns de justiça social e econômica e a construir dispositivos institucionais aceitáveis para a maioria. Com demasiada frequência as ciências sociais limitam-se a dizer que toda estatística é uma construção social, o que é sempre verdade, claro, mas é insuficiente, pois significa desistir de alguns debates essenciais, em particular os econômicos. Tal atitude denota, às vezes, certo conservadorismo ou, em todo caso, um grande ceticismo quanto à possibilidade de se tirar lições das fontes imperfeitas legadas pela história.

No entanto, ao apoiarem-se em dispositivos estatísticos e construções matemáticas de naturezas diversas é que inúmeros processos históricos de emancipação social e política puderam ocorrer. É difícil planejar o sufrágio universal, por exemplo, sem dispor de recenseamentos que permitam recortar as circunscrições e assegurar que cada eleitor tenha um peso igual, bem como de regras eleitorais que permitam transformar os votos em decisões. Não é simples almejar a justiça tributária sem que uma tabela expressa em taxa tributária substitua o poder discricionário do coletor de impostos. Essas próprias tabelas devem ser aplicadas a grandezas como renda ou capital, que são conceitos abstratos e teóricos cuja definição prática apresenta inúmeras dificuldades, mas permitem fazer com que grupos sociais muito distintos aceitem ser comparados

uns com os outros, à custa de negociações e compromissos sociopolíticos complexos quando da aplicação concreta dessas categorias ao tecido social e suas fronteiras sutis. Daqui a alguns anos, talvez nos demos conta de que não era muito plausível querer planejar a justiça educacional sem se dar meios de verificar se as classes sociais desfavorecidas se beneficiavam, ou não, de recursos públicos no mínimo iguais aos concedidos às classes mais favorecidas (e não recursos claramente menores, como costuma ser o caso hoje) e sem incluir as origens sociais de forma explícita e verificável nos dispositivos destinados a alocar os recursos. Quer para lutar contra o nacionalismo intelectual, quer para se livrar da arbitrariedade das elites e construir um novo horizonte igualitário, a linguagem matemática e estatística, quando empregada com moderação e conhecimento de causa, é um complemento indispensável da linguagem natural.

Roteiro do livro

O restante deste livro é composto por quatro partes e 17 capítulos. A Primeira Parte, intitulada “Os regimes desigualitários na história”, é formada por cinco capítulos. O Capítulo 1 traz uma introdução geral ao estudo das sociedades ternárias (ou trifuncionais), isto é, das sociedades organizadas em torno de uma tripartição em três grupos funcionais (clero, nobreza e terceiro estado). O Capítulo 2 analisa o caso das sociedades de ordens europeias, baseadas numa forma de equilíbrio entre a legitimidade das elites intelectuais e guerreiras e formas específicas de propriedade e relações de poder. O Capítulo 3 estuda a invenção das sociedades de proprietários, principalmente através da cesura emblemática da Revolução Francesa, que procurou estabelecer uma separação radical entre o direito de propriedade (tido como disponível a todos) e os poderes soberanos (doravante monopólio do Estado) e esbarrou na questão da desigualdade da propriedade e em sua persistência. O Capítulo 4 examina o desenvolvimento de uma sociedade de proprietários hiperdesigualitária na França do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Já o Capítulo 5 estuda as variantes europeias de transição entre lógicas trifuncionais e proprietaristas, focalizando sobretudo o caso do Reino Unido e da Suécia, o que permite ilustrar a multiplicidade de trajetórias possíveis, assim como a importância das mobilizações coletivas e das bifurcações político-ideológicas para a transformação dos regimes desigualitários.

A Segunda Parte, intitulada “As sociedades escravocratas e coloniais”, é composta por quatro capítulos. O Capítulo 6 se dedica às sociedades escravocratas, que constituem a forma histórica mais extrema de regime desigualitário. Vou dedicar maior atenção às abolições do século XIX e às formas de compensação ocasionadas por elas aos proprietários. Esses episódios ilustram a força do regime de quase sacralização da propriedade que vigorava na época e do qual deriva, em parte, o mundo atual. O Capítulo 7 estuda a estrutura das desigualdades nas sociedades coloniais pós-escravocratas — menos extremas, sem dúvida, do que as das sociedades escravocratas às quais sucederam, mas que também deixaram marcas profundas na estrutura da desigualdade contemporânea tanto entre os países como dentro deles. Os Capítulos 8 e 9 examinam de que modo a transformação das sociedades trifuncionais extraeuropeias foi afetada pelo contato com as

potências coloniais e proprietaristas europeias, primeiro focando o caso da Índia (onde as antigas divisões estatutárias deixaram marcas incommumente tenazes, em parte devido à sua rígida codificação por parte do colonizador britânico) e em seguida adotando uma perspectiva euroasiática mais ampla (China, Japão e Irã).

A Terceira Parte, intitulada “A grande transformação do século XX”, compreende quatro capítulos. O Capítulo 10 analisa a queda das sociedades de proprietários no século XX em virtude das duas guerras mundiais, da crise dos anos 1930, do desafio do comunismo e das independências e, mais ainda, das mobilizações coletivas e ideológicas (social-democratas e sindicais, principalmente) em gestação desde o final do século XIX para refundar um regime desigualitário mais justo do que o proprietarismo. O Capítulo 11 elenca as conquistas e os limites das sociedades social-democratas estabelecidas no fim da Segunda Guerra Mundial e, em especial, suas limitações para repensar as condições de uma propriedade justa, para enfrentar o desafio desigualitário do ensino superior e estender a questão da redistribuição em escala transnacional. O Capítulo 12 examina as sociedades comunistas e pós-comunistas em suas variantes russa, chinesa e leste-europeia e a forma como o pós-comunismo contribuiu para alimentar os desvios desigualitários e identitários recentes. O Capítulo 13 coloca em perspectiva o regime hipercapitalista desigualitário mundial atual, entre modernidade e arcaísmo, salientando sua incapacidade em avaliar a extensão das crises desigualitárias e ambientais que o minam.

A Quarta Parte, intitulada “Repensar as dimensões do conflito político”, é composta por quatro capítulos, nos quais analiso a evolução da estrutura socioeconômica dos eleitorados dos diferentes partidos e movimentos políticos a partir de meados do século XX e as perspectivas de recomposições futuras. O Capítulo 14 esmiúça as circunstâncias da formação histórica e, em seguida, do desaparecimento de uma coalizão eleitoral igualitária, isto é, fundada numa plataforma redistributiva convincente o bastante para congregar as classes populares de origens distintas, a começar pelo caso da França. O Capítulo 15 mostra que o processo de desagregação-gentrificação-brahmanização da coalizão social-democrata do pós-guerra ocorreu também nos Estados Unidos e no Reino Unido, o que sugere causas estruturais comuns. O Capítulo 16 estende a análise para outras democracias eleitorais ocidentais, no Leste Europeu, na Índia e no Brasil. Nele estudo a formação, neste início do século XXI, de uma autêntica armadilha social-nativista. Ressalto o modo como os desvios identitários atuais são alimentados pela inexistência de uma plataforma igualitária e internacionalista forte o suficiente para lhe servir de contrapeso, ou, em outras palavras, a inexistência de um social-federalismo autêntico e credível. O Capítulo 17 procura tirar lições das experiências históricas relatadas nos capítulos e partes anteriores e apresentar os contornos de um possível socialismo participativo para o século XXI. Analiso, em especial, as formas que uma propriedade justa poderia assumir, com dois pilares principais: de um lado, uma efetiva repartição do poder e dos direitos de voto nas empresas, que possibilitasse a instauração da propriedade social e ir além da cogestão e autogestão; e, de outro, um imposto fortemente progressivo sobre a propriedade que permitisse financiar uma dotação de capital significativa para todo jovem adulto e implementar uma forma de propriedade temporária e de

circulação permanente dos patrimônios. Tratarei, além disso, da questão da educação justa e do imposto justo e da necessidade de garantir, pela transparência e pelo controle cidadão, tanto a justiça educacional quanto a justiça tributária. Examinarei, por fim, as condições para uma democracia justa e para uma fronteira justa. A questão central, aqui, é a de uma organização alternativa da economia-mundo que permita desenvolver, graças ao social-federalismo, novas formas de solidariedade tributária, social e ambiental, em vez dos tratados de livre circulação de bens e capitais que hoje fazem as vezes de governança mundial.

Alguns leitores mais apressados talvez se sintam tentados a ir direto para o último capítulo e para a conclusão. Não posso impedi-los, mas devo alertá-los para o fato de que terão dificuldade em entender de onde tirei os elementos ali apresentados se antes não lerem pelo menos trechos esparsos das quatro primeiras partes. Outros talvez considerem que os materiais apresentados nas duas primeiras partes se referem a uma história demasiado antiga para ser realmente pertinente e prefiram se concentrar nas Terceira e Quarta partes. Procurei incluir, no início de cada parte e capítulo, notas e remissões suficientes para que o livro possa ser abordado de diferentes maneiras. Portanto, que cada um escolha o seu percurso, embora a linha reta ainda seja a progressão mais lógica e natural.

Para facilitar a leitura, somente as fontes e referências principais são citadas no texto e nas notas. Os leitores que desejarem informações detalhadas sobre o conjunto das fontes históricas, referências bibliográficas e metodologias empregadas neste livro estão convidados a consultar o Anexo Técnico, disponível on-line: www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.¹⁸

* *Grand soir* (grande noite): o termo, cunhado por operários franceses no final do século XIX, expressava a crença e a esperança num momento mítico que traria a súbita e radical ruptura com a ordem vigente e a eclosão revolucionária de uma nova ordem social, política e econômica. (N. da T.)

* Sobre o uso que Thomas Piketty faz da expressão “imposto sobre a propriedade”, ver Capítulo 17, [nota 26](#). (N. da E.)